Ata da Reunião Geral de Alunos Extraordinária – 24 de Janeiro

Ao vigésimo quarto dia do ano de dois mil e vinte dois, Tiago Pita, Presidente da Mesa da RGA, deu início à Reunião, pelas 17:30h, por não ter existido quórum para o início às 17:00h.

Ordem de Trabalhos:

1. PAOD;

2. Aprovação da ata da RGA anterior

3. Ponto de situação relativo à proposta de alteração dos Estatutos da Ordem dos Advogados;

4. Ponto de Situação do Conselho Pedagógico;

5. Outros assuntos

1. Período Antes da Ordem do Dia (PAOD)

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Dá inicio à RGA.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Vem fazer esta intervenção com o objetivo de por os alunos a par do que se tem passado. Informa, então, que, desde a ultima RGA de aprovação do Plano de Atividades e do Orçamento, a AAFDL tem estado presente em todas as reuniões dos Órgãos da Faculdade. Refere ainda que a AAFDL marcou presença, na semana passada, numa reunião com o Reitor e com as várias escolas da Universidade de Lisboa para discutir a questão do provedor do estudante, que brevemente será anunciado, tendo todas as faculdades concordado que devia ser alguém que estivesse envolvido na comunidade estudantil. No que concerne à politica externa informa que já foi possível estabelecer contacto com 16 das 18 escolas da Universidade de Lisboa através de reuniões, parcerias a desenvolver e até mesmo de eventos para os quais a AAFDL foi convidada. Já houve também oportunidade de reunir com o CNED, aspeto que será desenvolvido mais à frente no ponto da Ordem dos Advogados. Aconteceu também uma reunião com a Associação Académica da Faculdade de Direito de Bissau, tendo-se igualmente estabelecido com Angola e estas reuniões foram muito proveitosas pois estabeleceu-se desde logo algumas parcerias iniciais tanto na parte editorial como alguns projetos a desenvolver em conjunto. Em relação aos núcleos informa que, desde a tomada de posse, já reuniu duas vezes com cada núcleo. A primeira reunião foi referente ao orçamento e plano de atividades e esta segunda reunião que teve lugar a semana passada serviu para começar a fazer um briefing sobre o Regimento Interno da AAFDL e dos núcleos. Vai ainda haver uma terceira reunião no final da semana relativa a propostas quer por parte dos próprios núcleos quer por parte da AAFDL.
Foi ainda realizado um evento com a AAUL onde os representantes das várias juventudes partidárias vieram debater sobre as eleições legislativas, com cariz bastante interessante. Aconteceu também no fim de semana passado o manual de sobrevivência às orais que contou com a presença de 315 pessoas sendo, por isso, o balanço bastante positivo.
Refere ainda que fomos convidados pela Escola Superior de Comunicação Social para realizar uma entrevista sobre a AAFDL, que espera poder compartilhar connosco em breve. Fomos também convidados pela professora Paula Godinho da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas para participarmos num reportório histórico e em alguns eventos que serão realizados em memória de Ribeiro Santos no dia de sua morte que fará

em outubro 50 anos; e vai contar com a participação de instituições nacionais e internacionais, de figuras nacionais importantíssimas, de professores da casa que eram amigos de Ribeiro Santos e que estiveram com ele na altura.
Relativamente à comissão de artigos, informa que já começaram a delinear a fase inicial do projeto que terá tanto uma vertente interna como externa, que o Presidente cessante, Ricardo Vicente, sugeriu previamente.
No que respeita à comissão de eventos, esta também já começou a preparar as suas atividades para o próximo semestre e a comissão de parcerias e protocolos esta também a coordenar-se com os restantes membros da direção em particular com os vice-presidentes, com a secretária e com a presidente.
Menciona ainda que já estão à venda as sweats das Tunas na Livraria da AAFDL.
Refere ainda que está lançada a comissão de revisão de notas novamente, pelo que quem precisar de auxilio pode consultar o procedimento nas várias páginas da AAFDL. Salienta também que foi lançada a primeira agenda cultural do mandato e que as inscrições para o programa "Buddies" já estão abertas pelo que apela a que se inscrevam.
Para além do acima exposto faz ainda alusão à reforma que fará ao Gabinete de Saídas Profissionais.
Para terminar, menciona que, com a presença nas reuniões do Conselho Pedagógico, sentiu que havia falta de queixas pedagógicas. Assim, informa que no primeiro semestre o vogal do pedagógico irá promover reuniões periódicas com os vários delegados e com os conselheiros (que serão convidados a participar) com o intuito de perceber o que correu bem e o que correu mal até agora.

André Simões (Tesoureiro da Direção): Vem assim colocar os alunos a par do que se tem passado ultimamente na Editora. Ora, temos então duas obras que estão neste momento em processo de publicação e destaca o "Processo Civil" do Professor Teixeira de Sousa. Em relação à missão da internacionalização da Editora, esta tem estado muito presente na medida em que se tem estado em contacto com vários autores de vários PALOP e do Brasil. Em relação a este aspeto realça o lançamento recente de um livro na Guiné-Bissau que foi um sucesso. Quanto ao quotidiano da Editora, tem-se mantido o contacto com vários autores, mantendo uns e acrescentando outros. Foram ainda regularizadas algumas situações contratuais, tendo o Conselho Fiscal colaborado com a Direção neste aspeto.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Refere que a Mesa fez também uma inscrição no PAOD para dar nota de que nos próximos dias será convocada outra RGA que terá como objetivo elaborar um caderno reivindicativo da nossa Associação; caderno esse que será entregue aos vários partidos políticos. Este caderno reivindicativo consiste numa serie de reivindicações e propostas para debate que depois serão entregues aos partidos políticos com assento parlamentar. A RGA servirá para discutirmos o conteúdo desse caderno e pede então para que quem tivesse propostas para incluir nesse caderno reivindicativo (que será votado em RGA) que as enviasse para o email da Mesa da RGA. Brevemente será também aberto o prazo para a revisão estatutária que acabou por não ocorrer no mandato passado (o prazo será longo e em principio ocorrerá em fevereiro).

Dejanira Vidal: A sua intervenção vem no sentido de alguns casos de assédio que têm ocorrido nas traseiras da faculdade e manifesta assim a sua preocupação em nome do Núcleo de Estudantes Feministas. Esclarece que já reuniram com alguns conselheiros, com a Associação, com um senador da U.Lisboa e até mesmo com alguns conselheiros da U.Lisboa e este é um tema bastante delicado. Vários casos já foram reportados e apresenta então 4 medidas que este núcleo sugere; são elas: porta da frente da faculdade sempre aberta, mais iluminação (em particular nas traseiras da faculdade), mais policiamento naquelas zonas mais escuras e escondidas e, por ultimo, instalação de câmaras de videovigilância na zona de trás da faculdade. Algumas dicas que são também referidas passam também por andar acompanhado naquela zona, especialmente à noite. Caso a situação aconteça pede-se que liguem para o 112 para que seja enviado um carro da policia o mais rápido possível.

Ramiro Morais: Começa por falar sobre o modo como esta RGA está a ser realizada, isto é, estamos a reunir por zoom, contudo dado o conteúdo da própria RGA considera que se justificava a realização da RGA presencialmente, mas compreende quais os motivos que levaram a mesa a reunir através deste meio. Relativamente à intervenção da Dejanira afirma que pelo menos desde 2017 que este é um assunto recorrente e é fundamental que seja falado. Relativamente ao caderno reivindicativo afirma que é perfeitamente justificado! Relativamente à intervenção da Catarina Preto, em particular em relação aos núcleos, nomeadamente o cénico, queria saber em que ponto de situação está essa situação, porque o que foi dito na RGA passada é muito grave, dando enfase aos valores que foram aparentemente transferidos, mas que não batem certo.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Em relação a essa situação refere que como não conseguiu reunir com o núcleo em causa antes da elaboração do plano de atividades/do orçamento foi então orçamentada uma rede de segurança. Acabaram por reunir na semana a seguir à ultima RGA e menciona que na reunião viu que houve uma incompatibilização das direções anterior com o cénico. Em relação a esta direção refere que as coisas serão feitas de forma diferente, pois viu um núcleo com vontade de trabalhar. Pediu então que os pormenores da RGA passada lhe fossem explicados e a solução encontrada passará pela reativação do núcleo. A reativação do núcleo consistirá na devida publicitação do mesmo, na realização de uma peça por semestre, num dia aberto, entre outros. O plano de atividades do núcleo será feito em colaboração com a Direção para que as datas e os pormenores batam certo. Relativamente aos valores, afirma ter falado com o ex-presidente do Conselho Fiscal, Tomás Viçoso, que lhe disse que n seu relatório de contas estava tudo regularizado. Falta ainda reunir com o Tomé, mas esta situação será obviamente toda regularizada atendendo também ao tempo de COVID em que não houve ensaios.

Vítor Andrade André: Começa por saudar a ideia do caderno reivindicativo. Em seguida refere os senadores discentes da Universidade foram também ouvidos pelo Senhor Reitor no que respeita ao provedor do estudante, tendo estes também a oportunidade de contribuir para a elaboração do perfil que este devia ter, dando até algumas sugestões.
Relativamente à questão da segurança no campus, também foi um assunto que foi falado com o Reitor e este referiu que já tinha conhecimento e que o assunto já estava a ser tratado. Refere que o assunto acalmou com a pandemia e que houve um relaxamento das rondas, rondas essas que eram pagas pela Universidade e não eram realizadas pela PSP. Deixa também a nota de que podemos tentar recorrer à Câmara Municipal de Lisboa e até mesmo ao orçamento participativo da Câmara.

Sofia Escária: A sua intervenção vem igualmente no sentido da intervenção da Dejanira e afirma que também já tinha tido conhecimento desta questão na semana passada e mal soube contactou o Reitor, que não tinha conhecimento do assunto mas foi informar-se e constatou que infelizmente era uma situação algo recorrente. Foi também previamente realizado um apuramento dos pontos que careciam de iluminação de camaras de vigilância, entre outras. No entanto, no que respeita as camaras de videovigilância, ainda que o investimento já tenha sido feito, há algumas questões de RGPD pelo que estão a

aguardar resposta do ministério da administração interna. Alerta ainda para a existência de aplicações de *cruising* que têm como intuito a promoção de encontros entre homossexuais. Estas aplicações têm os parques da cidade universitária como locais recomendados para *cruising*. Este também é um assunto delicado pelo que apresentou queixa na policia.

2. Aprovação da ata da RGA anterior

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Menciona que já recebemos previamente algumas notas, em particular por parte da Alexandra no que respeita ao nome e uma nota do Hélder, uma pequena correção, que será igualmente feita.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Deixa apenas nota da existência de alguns erros ortográficos.

Duarte Martinho: Refere que na sua intervenção da página 19 quando se lê "Dia Internacional do Estudante" deve ler-se "Dia Nacional do Estudante"; na página 21 onde se lê "na forma como se financia as propinas" deve ler-se "o financiamento que assenta nas propinas" e por fim, no ultimo parágrafo da página 21 não foi uma intervenção sua mas acredita que foi sim do Hélder.

André Simões (Tesoureiro da Direção): Solicita que se faça um pequeno reparo relativamente à ata, designadamente à transcrição, na página 26, de que é necessário recorrer às reservas, reformulando para a possibilidade de que venha a ser, na medida em que não é uma certeza.

Tiago Pita (Presidente de Mesa da RGA): Clarifica que anota todas as correções solicitadas e antes das efetuar recorre à gravação da RGA em causa para verificar se efetivamente foi um erro.

De seguida procedeu à votação da ata, que foi aprovada com 61 votos a favor, 0 votos contra e 16 abstenções.

3. Ponto de situação relativo à proposta de alteração dos Estatutos da Ordem dos Advogados;

Catarina Preto (Presidente da Direção): Informa que houve uma reunião com o Conselho Nacional de Estudantes de Direito, na qual se procurou aproximar as duas estruturas através da apresentação dos respetivos Planos de Atividades e da discussão acerca de iniciativas organizadas em conjunto. Nesse encontro perceberam que a situação relativa ao estatuto da Ordem dos Advogados está parada, na medida em que, depois de auscultados os partidos e o Bastonário da Ordem, e em virtude do chumbo do Orçamento do Estado, a proposta não foi enviada para a Assembleia da República. Neste sentido, a Associação considera que é uma boa altura para reivindicar o que ficou decidido em RGA anteriores relativamente a este tema, solicitando sugestões por parte dos estudantes quanto ao procedimento a adotar. Apresenta algumas ideias em cima da mesa, desde agendar novas reuniões com os partidos e a Ordem, a apresentar uma moção ou o resultado do caderno reivindicativo, sendo relevante a AAFDL ter uma iniciativa e presença ativa no momento.

Duarte Martinho: Questiona se não se coloca em cima da mesa a necessidade de fazer uma nova manifestação.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Considera que deve ser elaborado um plano de fases, estruturando o que se pretende fazer num âmbito semanal. Numa última instância, verificada a ineficácia destas etapas, declara não haver qualquer problema em articular com as demais Associações e realizar uma nova manifestação com maior adesão e envolvimento. Apesar de pensar que deve ser o último recurso, questiona Duarte em que moldes julga que a mesma se pode concretizar, alargando o repto aos demais presentes para que participem na elaboração desta linha de atuação.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa): Reforça que existiu um período considerável de tempo durante o qual a Ordem podia ter enviado a proposta para a Assembleia da República, não o tendo feito por algum motivo, pelo que existe alguma esperança, seja por oposição interna ou dos estudantes, que o mesmo não vá para a frente. Reitera que se pode diligenciar esforços no sentido de averiguar qual é

o posicionamento de cada partido relativamente à questão da Ordem ou mesmo dos estágios precários, fazendo maior pressão.

Francisco Sousa: Reforça que a Assembleia da República se encontra parada e vão ter de esperar algum tempo até que a mesma seja constituída, comece a trabalhar e a proposta seja apresentada, pelo que seria mais benéfico recuperar esta discussão mais à frente, quando já existir algo mais palpável. Nesse sentido, recupera a sugestão de Luís de enviar um e-mail ou uma carta aos Partidos auscultando o seu posicionamento.

Tiago Fontez: Defende que o ponto já está a ser debatido desde o ano anterior e foi abordado em inúmeras RGA, inclusive pela Direção do mandato transato, e que vários estudantes se posicionaram acerca da ineficácia de encher caixas de correio com interpelações. Consequentemente, esperava que a Direção já tivesse um plano de ação traçado em vez de se limitar a trazer o assunto à discussão, na medida em que ele já está a ser alvo de debate há mais de um ano. Critica a falta de concretização e a postura de aguardar e estudar, repudiando a realização de uma manifestação como último recurso, uma vez que já se percebeu que nada se está a desenvolver. Considera que deve ser feito algo para chamar verdadeiramente a atenção do público, colocando faixas na faculdade e distribuindo materiais com conteúdo que alertem para a relevância da questão e tenham destaque na comunicação social, logo no começo do segundo semestre.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Indica que este ponto foi colocado na ordem de trabalhos por ter caráter informativo e sentir de comunidade, querendo auscultar os estudantes, para os quais isto pode passar despercebido ou ser menos compreensível. Questiona Tiago se preferia que a AAFDL tivesse elaborado o plano de ação autonomamente sem consultar a RGA de forma prévia.

Tiago Fontez: Denota que ficou claro na última RGA que foi a Direção que procurou afastar a discussão da RGA, e que aguardava que já houvesse algum modelo concreto proposto para ser alvo de análise e discussão. Não considerava que ainda tivessem de esperar para que a Associação compreendesse que o assunto está parado para se debruçarem sobre o mesmo, uma vez que isso já se verifica há muito tempo.

Francisco Sousa: Considera que deve ser feita uma análise do momento em que se encontram, dada a realização das eleições e a oportunidade para identificar a posição dos partidos, uma vez que a luta por via de comunicados e de expressão pública pode não surtir tanto efeito e perder eficácia, caso decorra em simultâneo com a auscultação. Assim, questiona Tiago se pensa ser incompatível conciliar as duas metodologias e concretizá-las de forma sequencial e mais faseada, apesar de manifestar a sua concordância relativamente à expectativa de que a Associação tivesse adiantado esse trabalho.

Tiago Fontez: Reforça que a Direção não teve capacidade para responder às suas questões e se apresentou em RGA sem qualquer trabalho desenvolvido, quando foram eles a sugerir o tema. Relativamente à intervenção de Francisco, defende que os partidos têm pecado muito por explorar questões que digam respeito aos jovens e, nesse sentido, considera que o momento é pertinente para se efetuar essa auscultação. Clarifica apenas que devia haver muito mais reação estudantil sobre este assunto, materializando-se de forma física através da fixação de cartazes e de outro conteúdo, mobilizando os estudantes no começo do segundo semestre, momento até ao qual há tempo suficiente para preparar e definir a atuação. Importa debater o assunto, mas não fazer da sua discussão em RGA um mero ato performativo.

Francisco Sousa: Reitera a sua questão acerca de ser benéfico conseguir um posicionamento político numa primeira fase e depois sim partir para uma exposição mais ativa, sem prejuízo de, na primeira semana de aulas do segundo semestre, atendendo ao calendário político, a questão não ter o devido impacto. Não obstante a articulação com o CNED, sugere à Direção que entrem também em contacto com a Associação Nacional de Advogados Portugueses para colaborarem neste âmbito.

Tiago Fontez: Indica que até dia 30 se pode colocar o tema na ordem do dia dos partidos e não é algo difícil de fazer, considerando que estão com uma atividade muito intensa a nível de comícios e de contacto com associações e a população no geral, pelo que certamente concederiam uma resposta dada a inevitabilidade de precisarem de votos nas eleições. Para esse fim, deve procurar-se esta consciencialização, sem prejuízo da questão dos prazos propostos para atuar depois com os estudantes na Faculdade, uma vez que na manifestação anterior as aulas ainda não tinham começado e houve muitos estudantes,

em particular os deslocados, que não participaram por esse motivo. O que não deve de todo acontecer é manter a ideia de que se deve esperar até à última por quem não quer realmente fazer alguma coisa ou alcançar um resultado.

Dejanira Vidal: Louva a Associação ter trazido o assunto a debate, concordando com o pedido de tomada de posição dos partidos políticos para antecipar qual seria a votação dos mesmos na Assembleia da República, incluindo também o tema no caderno reivindicativo. Recordou, contudo, que esta questão não é apenas estudantil porque também afeta outros juristas, pelo que na Faculdade também se poderia falar com alguns docentes que possam contribuir para dar mais força e credibilidade. No âmbito da manifestação, defendeu ser necessário assegurar que se verifica uma adesão significativa, porque na anterior participaram poucas pessoas, o que condiciona o impacto que tem. De igual modo, no fim da manifestação deve existir uma reunião, porque se se pretendem fazer-se ouvir convém sê-lo no meio próprio para tal. Por fim, defendeu as mais-valias que reconhece na constituição de comissões que auscultar os estudantes.

Afonso Beirão: Manifestou a sua preocupação relativamente ao desfasamento da realidade, na medida em que esta questão já existe desde o tempo da Troika e os partidos com mais assentos parlamentares à data revelaram desde logo a sua concordância em relação a esta matéria. Reconhece que seja benéfico que se proceda a essa interpelação aos partidos e que se estimule a discussão na Faculdade e entre as forças políticas, contudo, não se pode acreditar apenas nos lobbies. Questiona a Direção porque é que ainda não se fez nada, nenhum plano de ação, nenhuma sensibilização aos estudantes nem transmissão de informação, nenhum debate ou mobilização que os una neste âmbito.

Duarte Martinho: Aborda as causas estruturais que dão origem ao tema em causa, designadamente a mercantilização e elitização do ensino superior, a imposição da propina, o desinvestimento no ensino superior por parte do Estado e o efeito nocivo da implementação do processo de Bolonha, com a redução de horas de contacto entre o professor e o aluno e sobrecarga letiva e a ideia de incorporar no mercado de trabalho mão-de-obra cada vez mais jovem. Todavia, no acesso à profissão as entidades patronais começaram cada vez mais a exigir formação pós-graduada, contribuindo para a prevalência de desigualdades e efeitos nefastos de injustiça, que decorrem de bolonha. Neste sentido, é necessário agir. O facto de haver eleições não justifica que não se realize

uma manifestação, e identificada a causa estrutural que constitui o processo de bolonha, impõe-se no imediato que proceda à sua discussão.

Inês Albuquerque: Propõe que se combata o problema numa conversa com a Ordem, porque pode existir uma oportunidade para que se debata este tema de forma construtiva, uma vez que não tiveram a iniciativa para levar esta questão em diante. Propôs a cobertura da comunicação social para reforçar o impacto neste encontro, envolvendo as várias estruturas representantes dos estudantes e elementos da Ordem.

Tiago Rodrigues: Explica que a sua intervenção é constituída pela proposta de uma moção, pedindo ao Presidente da Mesa da RGA se poderia intervir apenas no fim. O Presidente, **Tiago Pita**, pede que faça a sua intervenção de imediato, considerando que as próximas intervenções poderão ser benéficas nesse sentido. O aluno prossegue à leitura da moção. Finaliza, explicando que a moção não tem como objetivo a marcação de uma data concreta, apenas a vinculação da AAFDL à marcação de uma manifestação, podendo conciliar-se com as restantes faculdades de Direito e respetivas associações.

Jefferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Na linha das três intervenções anteriores e, com base numa entrevista feita pelo NELB ao Presidente de uma das concelhias regionais da ordem dos advogados, pretende falar sobre algumas questões relacionadas com o tem tratado.

Em primeiro lugar, refere a ligação da ordem dos advogados com os partidos políticos portugueses, mencionando a existência de três projetos-lei cujo objeto incidia sobre as ordens profissionais: um do Partido Socialista, o mais conhecido; outro da Iniciativa Liberal, abertamente contra qualquer tipo de restrições ao acesso às profissões; e ainda outro, da deputada Cristina Rodrigues, que também se mostrava contra a posição que a ordem dos advogados começava a tomar nesse sentido.

Na altura, chegou-se à conclusão de que existia um desentendimento político entre a ordem e uma fração dos partidos políticos, que expressamente se mostraram contra a possível alteração dos estatutos. Nesse sentido, promove o diálogo dos estudantes com estes partidos, considerando que os mesmos irão, mais uma vez, reforçar a sua posição. Recomenda ainda que a manifestação discutida seja feita antes desta comunicação, dizendo que será uma amostra da força e interesses dos estudantes quanto ao tema.

Em segundo lugar, considera que, após o contacto que teve com a ordem dos advogados a partir do NELB, existem vários membros da mesma que se posicionam contra a alteração dos estatutos da ordem e prossegue, dizendo que, na base desta mesma proposta, está o défice de educação que existe atualmente nos cursos de Direito, fruto do processo de Bolonha, questionando se não seria mais eficiente um retrocesso ao sistema pré-Bolonha do que a modificação proposta.
Para concluir, diz que uma eventual manifestação não exclui a possibilidade da comunicação quer com os partidos políticos, quer com a ordem dos advogados, podendo inclusive complementarem-se, não sendo as mesmas impeditivas umas das outras. Faz um apelo então que seja traçado um plano de ação que permita esta conjugação.

Inês Albuquerque: No sentido da anterior intervenção, do aluno **Jefferson Nicolau**, e do que já tinha sido dito pela aluna **Dejanira Vidal**, apela às conversações com grandes escritórios de advogados que estejam do lado dos alunos, com o objetivo de, pela íntima relação que estes têm com a respetiva ordem, facilitar o contacto com esta.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e da Política Educativa): Faz um apanhado do que foi dito anteriormente, começando por promover o diálogo com os partidos, sobretudo tendo em conta o contexto de campanha eleitoral que decorria, para perceber, mais concretamente, a posição destes quanto ao tema. Prossegue, dizendo que se pode realizar uma manifestação, notando, no entanto, que preferia que a mesma fosse realizada posteriormente – ou após as eleições legislativas de 2022 ou no momento em que a proposta de lei fosse apresentada na Assembleia da República – pois não considera que a realização da mesma, antes dos momentos referidos, fosse útil. Refere depois o caderno reivindicativo, dizendo que este tema terá que estar contemplado no mesmo, faz um apelo à reunião com o bastonário da ordem dos advogados e com diversas sociedades de advogados.

Alexandra Ferreira: Agradece à Direção da AAFDL por ter trazido o tema à RGA, destacando a importância da discussão do mesmo referindo, porém, que a questão devia ter sido mais bem estruturada.
Começa por abordar o diálogo com os partidos, dizendo que a motivação eleitoral por trás da mesma é descabida, visto que, aquando da realização da RGA, faltavam 6 dias para a realização das eleições e havia, inclusive, pessoas que já tinham votado no âmbito

do voto em mobilidade, considerando que não se iria obter respostas atempadas nem se iria conseguir exercer a influência pretendida. Não obstante, reforça a importância do diálogo com os partidos de forma a perceber com os quais é que os alunos podem contar. De seguida, faz um apelo à união e à cooperação com as restantes faculdades de direito do país e também com as sociedades dos advogados que nos possam ajudar. Reforça o espírito do associativismo, dizendo que a AAFDL sozinha não irá conseguir alcançar o objetivo pretendido.

Tiago Fontez: Relembra que a Direção anterior remeteu o assunto para o CNED, que se reuniu com a ordem dos advogados (salientado, embora, que a própria AAFDL também se reuniu com o bastonário da ordem) e, apesar destes encontros e dos membros do CNED presentes na votação terem considerado que a proposta não ia ser aprovada, no dia 17 de Setembro de 2021 a mesma acabou por ser aprovada pela ordem.
Com base nesta sequência de acontecimentos, diz que se os alunos mantiverem uma atitude abstencionista quanto ao tema, não avançado com nada, correm o risco de acabar por ver a proposta a ser aprovada, dificultando a vida aos estudantes de Direito que pretendam seguir a advocacia. Face a isto, faz um apelo a que os alunos se unam e que façam algo pelos mesmos, pedindo à AAFDL que se posicione ao lado dos alunos.
Por último, diz que, uma manifestação a ser feita, não seria naquele exato momento visto que, por estar a decorrer época de exames e devido ao contexto pandémico, grande parte dos alunos não se encontram na faculdade, dizendo, em contrapartida, que a presença de pessoas na mesma é essencial. Termina, fazendo um apelo ao voto favorável da moção apresentada.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Inicia, fazendo um agradecimento a todos alunos, dizendo que foi feito um esforço para corresponder ao pedido dos mesmos, no sentido de criar meios de comunicação entre aqueles e a direção.
Quanto à moção em causa, a Presidente defende que não acha justo desconsiderar o esforço da Direção (anterior à que estava em funções aquando da RGA) do CNED, notando que a AAFDL irá precisar da ajuda do Conselho Nacional de Estudantes de Direito. Aproveita para clarificar o que foi dito pelo Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa, **Luís Pereira**, explicando que a manifestação deverá ser feita na altura mais adequada.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Pergunta ao proponente da moção, **Tiago Rodrigues**, se quer manter a proposta de moção e avançar para a votação da mesma. Este pedido recebe uma resposta afirmativa do aluno que a propôs, pedindo o Presidente da Mesa ao Tiago Rodrigues para a voltar a expor, de forma sucinta.

Tiago Rodrigues:
Moção

A necessidade de mobilizar os estudantes para uma nova manifestação contra as imposições da OA não surgiu agora e, aliás, chegamos alguns a intervir nesse sentido ainda antes da marcação de eleições para os órgãos sociais da AAFDL e esta sua nova composição.

A necessidade de o fazer não diminuiu, pelo contrário se intensificou. Dado ter já a própria direcção da AAFDL reconhecido a inconsequência do CNED neste aspeto, e sendo que nunca aceitamos, da nossa parte, que a AAFDL se demitisse da sua responsabilidade no que à sua política externa, que se quer interventiva, diz respeito, vimos, através da presente moção, propor a vinculação da atual direcção da associação à convocatória de uma nova manifestação contra as imposições da OA, devendo esta ser articulada com as restantes associações académicas representativas dos estudantes de direito existentes no país.

É fundamental agir agora de forma consequente e aproveitar a ampla unidade que existe em torno a esta questão, podendo e devendo a AAFDL assumir o papel de vanguarda da luta dos estudantes, de forma a evitar que tal imposição se venha a concretizar. Proponho então que a RGA vote esta moção, apelando a que sejamos consequentes e passemos à ação.

Tiago Rodrigues

Catarina Preto (Presidente da Direção): Reforça que, apesar de concordar com o conteúdo da moção, pede que seja retirada a parte referente ao CNED, visto que os mesmo ainda poderá ainda ser útil à AAFDL.

Tiago Rodrigues: Faz uma breve explicação, dizendo que a parte referente ao CNED resulta da perceção da inatividade do mesmo no passado. No entanto, admite que a parte em causa pode ser retirada.

Tiago Fontez: Reforça que a existência do CNED e a colaboração da AAFDL com o mesmo não esvaziam a representação própria desta. Nota que a Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa mantém o direito a representar-se a si mesma e possui uma "voz própria", apelando a que não se coloquem obstáculos desnecessários.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e da Política Educativa): Aborda o assunto do CNED, dizendo que considera que a posição do Conselho se baseia na esperança que a proposta tenha "morrido" e explicando que considera necessário que a AAFDL tome uma posição. No entanto, não concorda com a crítica feita ao CNED no âmbito da proposta de moção, dizendo que se a mesma não for retirada irá se abster da votação. Assim, faz um apelo a que o texto da proposta seja alterado, no mesmo sentido que a Presidente da Direção, **Catarina Preto**.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Com base nas intervenções feitas e nos pedidos de alteração ao texto da moção, propõem uma redação –"*Propor a vinculação da atual direção da associação à convocatória de uma nova manifestação contra as imposições da OA, devendo esta ser articulada com as restantes associações académicas representativas dos estudantes de direito existentes no país."*

Esta redação, apresentada pelo Presidente da Mesa, é aceite pelo proponente da proposta.

A moção foi aprovada com 69 votos a favor, 2 votos contra e 6 abstenções.

4. Ponto de situação do Conselho Pedagógico

Catarina Preto (Presidente da Direção): Começa por dizer irá sempre procurar trazer os problemas ao conhecimento dos alunos quando os mesmos se estejam efetivamente a passar e não tardiamente, apresentado aqui a justificação para a marcação da presente RGA nos moldes online. Nota que a Associação e os conselheiros pedagógicos têm estado em contacto permanente.

Explica que o objeto do ponto, formulando de forma ampla de forma propositada, é informar os alunos da organização e funcionamento do Conselho Pedagógico, visto que as eleições para o mesmo, realizadas no final do ano de 2021, não foram homologadas. Afirma que irá estar presente em todas as reuniões do Conselho Pedagógico, acompanhado o vogal do Pedagógico, **Pedro Fortuna**, até a situação estar regularizada.

Filipa Costa e Silva: Começa reforçando o que foi dito pela Presidente da Direção, notando o constante contacto entre a AAFDL e os conselheiros pedagógicos.
O assunto que começa por abordar é o da homologação das recentes eleições para o conselho pedagógico, explicando o que ocorreu: a não homologação das mesmas deve-se ao facto do regulamento que foi tido como base para a realização do processo eleitoral ter sido tido como ilegal. Esta ilegalidade deveu-se à falta de consulta pública, sendo uma ilegalidade formal. Explica que o que ocorreu foi uma falta procedimental por parte do Presidente do Órgão, sendo o Conselho Pedagógico afetado. Explica que irá ser feito um novo ato eleitoral, notando, porém, que ainda não existe data prevista para a realização do mesmo.
De seguida, propõem-se a fazer uma explicação da materialidade do regulamento, submetido para consulta pública até o dia 9 de fevereiro, para dar aos alunos a oportunidade de se manifestarem quanto à mesma.
Inicia a explicação informando que o regulamento prevê a continuidade da paridade entre os conselheiros discentes e conselheiros docentes, havendo dez membros de cada. A diferença que o mesmo procura implementar é a seguinte: ao nível da licenciatura, é eleito um representante de cada ano no círculo majoritário, existindo depois um círculo proporcional, onde são eleitos dois representantes independentemente do ano em que frequentem. Assim, defende que este regulamento vem trazer uma maior proporcionalidade e representatividade quer dos alunos da licenciatura, quer dos alunos de mestrado, reforçando que se mantém a paridade. Continua, dizendo que, nas reuniões do Conselho em causa, acaba por não haver uma diferença acentuada entre os conselheiros da licenciatura e os conselheiros do mestrado, inclusive acontecendo situações em que estes ajudam aqueles.
Termina fazendo um apelo a que os alunos aproveitem a consulta pública, pedindo aos mesmos que façam as suas recomendações em sede da mesma.

Pedro Cecília: Endereça duas perguntas relativas à intervenção anterior: a primeira, relativa ao art. 15º, mais especificamente à votação no estrangeiro, afirmando não existir nenhum ponto quanto à mesma, questionando se se irá fazer uma aplicação análoga do art. 5º; a segunda questão foca-se no regulamento a aplicar aquando da realização de novas eleições, explicando que, aplicando-se o regulamento novo, os estudantes não têm capacidade para o votar, aplicando-se o regulamento antigo, não entende o porque de ainda não ter havido eleições.

Francisco Bastos: Quanto ao primeiro ponto, explica que é uma questão do âmbito do Conselho Escola, estando apenas os conselheiros pedagógicos a exercer um papel informativo do que está a ocorrer pois afeta diretamente o Conselho Pedagógico. Quanto à segunda questão, informa que as eleições, em princípio, se irão realizar em Março, como tinha sido dito pelo Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa, **Luís Pereira**, na última RGA.
Quanto ao regulamento a ser aplicado nessas mesmas eleições, visto que o regulamento que serviu de base às últimas eleições se encontra submetido a consulta pública, cumprindo assim a formalidade em falta, o conselheiro considera que será com base nesse mesmo diploma que se irão realizar as futuras eleições.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa): Diz que quando houve a não homologação, o que falou com o Presidente do Conselho Fiscal é que seria em março, fazendo-se a consulta pública e depois marcando-se eleições. No entanto, refere ter percebido que pode não ser bem assim, uma vez que a consulta pública pode criar alguns problemas, não se sabendo quando vão ser marcadas as novas eleições, nem se serão feitas com o novo ou antigo regulamento.
Em resposta a Pedro Cecília, diz não se terem marcado as eleições, para já, porque está a decorrer o processo de consulta pública, uma vez que se tivessem sido marcadas durante este período a invalidade continuaria a existir.

Pedro Cecília: Pergunta quem é que serão os conselheiros?

Francisco Bastos: Diz que o regulamento que foi aprovado pelos conselheiros e estando em consulta pública, presume que o que se faça é eleger os novos conselheiros depois do processo ser regularmente ratificado.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Abre o período das intervenções.

Ramiro Morais: Refere que a sua intervenção será extensa, pois pretende fazer o resumo do que se passou até agora.

Baseando-se nas atas, começa pela data de 29 de abril, quando no Conselho de Escola se abordou, pela voz do conselheiro José Matos, a possibilidade de alteração do regulamento eleitoral para o Conselho Pedagógico, pedindo que o tema fosse abordado na reunião seguinte. Refere depois que no dia 2 de junho, na reunião seguinte, o conselheiro José Matos disse ter detetado um problema no regulamento eleitoral, pois não conseguia garantir a proteção dos alunos de todos ciclos no Conselho Pedagógico. Afirma que a proposta apresentada na altura, e discutida em RGA, era tirar 1 conselheiro ao círculo do 1º ano e dá-lo a outro um círculo, sem se esclarecer qual. Afirma que o Conselho de Escola não decidiu sobre o assunto no dia 2 de junho, e adiou para reunião seguinte, que teve lugar e supostamente aprovou as alterações que estão a ser discutidas, mas não há qualquer ata sobre isso. Afirma, citando a respetiva ata, que na RGA de dia 15 de setembro, a alteração em causa foi apresentada pela conselheira Inês Filipa, com a justificação de os estatutos não estarem a ser cabalmente cumpridos e que por isso teve de haver alterações, dizendo que nunca foi objetivo reduzir os representantes ao nível da licenciatura, mas que como os estatutos estavam desatualizados as proporções de representantes a nível de ciclos de estudo também estavam. Diz então que são apresentados 2 argumentos: um em que se defende que os alunos do mestrado e do doutoramento estão desprotegidos, e um outro em que se refere que o atual regulamento eleitoral (com que se fizeram as eleições de 2019 e 2020) é ilegal. Ainda sobre essa RGA de dia 15 de setembro, afirma que José Matos disse que a norma em causa era a 90/2 dos estatutos da faculdade e que exige proporcionalidade na eleição dos órgãos, mas Ramiro Morais diz que essa proporcionalidade não é relativamente aos inscritos, mas sim ao nível do método eleitoral, referindo que a proposta quer é acabar com a proporcionalidade para a eleição de 6 dos 10 conselheiros do Conselho Pedagógico. Refere que na RGA desse dia se questionou os conselheiros se era possível fazer algo para evitar que a decisão fosse aquela, ao que José Matos respondeu que a decisão tinha sido aprovada há 2 meses e que não tinha saído o despacho devido à oposição do professor Tiago Fidalgo de Freitas, sem ter explicado a sua posição, pelo que Ramiro Morais presume que a posição do professor era a da não existência de consulta publica e portanto ilegalidade da decisão. Diz que

apesar de toda esta situação se marcaram e fizeram eleições ilegais para o Conselho Pedagógico, manchando o prestígio da faculdade, tendo o Reitor de corrigir o sucedido. Afirma que se devia ter feitos as eleições pelo regulamento em vigor e legal, mas que o que se fez foi utilizar-se o regulamento aparentemente mais vantajoso e cujo a aprovação nem tinha precedido de consulta pública, como é exigido.
Acha que a situação prejudica a posição dos estudantes relativamente à discussão dos assuntos do Conselho Pedagógico, isto porque este não se encontra eleito com a plenitude da sua legitimidade democrática. Defende rapidamente a convocação de novas eleições de acordo com o regulamento eleitoral em vigor, não devendo esperar a eventual maioria no Conselho de Escola sobre um regulamento que estará em consulta pública até dia 9 de fevereiro.
Considera que o atual regulamento em consulta pública viola o art.90/2 dos estatutos da faculdade, pois viola a proporcionalidade que a norma exige, pois elegem-se uninominalmente 6 conselheiros e apenas proporcionalmente os outros 4.

Tiago Fontez: Suscita a questão dos círculos eleitorais, referindo que há carência de lógica nos círculos para estudantes, quando não o há para professores, sendo que há diversos grupos de professores. Questiona qual a lógica de existirem vários círculos eleitorais para os alunos, até porque quando falam representam todos um só. Elogia a presença da AAFDL nas reuniões do Conselho Pedagógico, apesar de nem sempre acontecer, e refere que a proporcionalidade dos estudantes só é aferida com a AAFDL nas reuniões, que apesar de não poder votar tem poder de iniciativa. Defende um círculo eleitoral único para os estudantes, tal como ocorre com os professores, falando em questão de injustiça, que não ocorre no Conselho de Escola porque aí só existem um único círculo.

Tomás Viçoso: Diz não ter uma posição definido sobre a alteração ao regulamento, mas, em resposta a Tiago Fontez, afirma que o Conselho Pedagógico e o Conselho de Escola não têm nada um que ver com o outro, compreendendo a diferença de círculos.

Tiago Fontez: Refere que a questão não tem que ver com os temas, pois o que não faz sentido são os diversos círculos, isto porque, por exemplo, uma pessoa de 1º não representa apenas o 1º ano, representa todos os estudantes. Volta a defender um único círculo eleitoral e ressalva que se for preciso levantar uma questão do 1º, 2º, 3º ou 4º ano

de licenciatura, ou até dos mestrados ou doutoramento, existe um membro da Associação que tem poder de iniciativa.

Caio Escobar: Realça a diferença da presença dos conselheiros pedagógicos relativamente aos conselheiros de escola nas RGA`s, isto porque estes últimos nunca marcam a sua presença, agravando-se o facto de serem reeleitos e já faltavam a RGA´s anteriores.

Mileny Silva: Responde a Ramiro Morais dizendo que as eleições forem feitas da maneira que foram devido a ordens do Presidente do Conselho Pedagógico, concordando que faltar a consulta pública. Diz que não é o Conselho Pedagógico que tem de intervir, isto porque foi um erro do Conselho de Escola.
Sobre o que disse Tiago Fontez, refere que todos são conselheiros, mas que é importante haver conselheiros de cada ciclo e que embora representem todos, mas, por exemplo, um representante do 1º ano traz os temas da forma que lhes foi relatada pelos seus colegas. Diz que o Conselho Pedagógico discute temas sobre cada ano, enquanto que o Conselho de Escola se foca em questões mais práticas de escola e por isso tem apenas um círculo eleitoral.
Afirma que o mestrado e o doutoramento representam metade dos alunos e que por isso é necessário que tenham mais representação. Diz estar a dialogar com a presidente da AAFDL e que antes não era assim, isto porque a AAFDL não olhava para o mestrado e doutoramento.
Respondendo a Caio Escobar refere que o Conselho Pedagógico estará sempre nas RGA´s mas que não pode falar pelos outros conselheiros.

Ramiro Morais: Refere que não disse que a questão do regulamento e das eleições era um problema do Conselho Pedagógico, mas que a sua intervenção vai de encontro ao ponto da ordem de trabalhos, pelo que esta não perde pertinência pelo facto de Mileny Silva ser conselheira pedagógica nem pelo facto na RGA não estarem presentes conselheiros de escola.
Ainda em resposta a Mileny Silva, afirma que o regulamento não foi aprovado, até porque está em curso o processo de consulta pública que precede a aprovação do regulamento. Diz que o ato pelo qual o Conselho de Escola aprovou o regulamento eleitoral é em si uma votação ilegal.

Pergunta a Mileny Silva se acha que o facto de os conselheiros pedagógicos serem eleitos por diversos círculos influencia a representação dos alunos nos órgãos da faculdade ou se influencia a participação dos alunos de mestrado e doutoramento na vida política e académica. Até porque se fosse o caso teríamos muitos mais alunos de mestrado e doutoramento a participar no Conselho de Escola do que nas eleições para o Conselho Pedagógico.

Milleny Silva: Pede para Ramiro Morais esclarecer o que quis dizer com o termo "política", porque senão não conseguirá responder.

Ramiro Morais: Refere que um dos argumentos apresentado pelos conselheiros de escola para apresentar a revisão do regulamento é o facto de os alunos de mestrado não estarem suficientemente protegidos. Diz que esta proteção só se atinge com a participação dos mesmos na vida política da faculdade, algo que não sucede pelo facto de haver um determinado número de conselheiros no Conselho Pedagógico, mas sim porque efetivamente há pessoas que não estão interessadas. Volta a perguntar quantos alunos de mestrado e doutoramento estão na RGA para dizer se concordam ou não com a alteração do regulamento eleitoral.

Tiago Fontez: Refere que no tempo da direção do professor Jorge Duarte Pinheiro foi colocado uma taxa de inscrição indevida aos alunos de 1º ano, uma quantia avultada que era mais um entrave. Revogou-se esta decisão através da ação do Conselho de Escola e pela AAFDL, não sendo necessário a existência de nenhum circulo eleitoral específico para denotar uma problema específico de 1º ano. Pergunta a Mileny Silva se acredita mesmo que a existência de vários círculos eleitorais é uma questão de proporcionalidade. Esclarece ainda que se trata de uma mera proposta e não de uma crítica aos conselheiros.

Milleny Silva: Respondendo a Ramiro Morais diz que a sede mais indicada é a consulta pública e recomenda que este coloque todos os seus pontos em consulta pública, até porque quem vai discutir esta questão não está na RGA e provavelmente nem deverá ler a ata.
Diz ainda que não é representante do mestrado por política, nem pelo ganho pessoal, isto porque acha nem poder ser capaz de ser assistente por ser brasileira. Refere que representa os alunos e não faz política.

Afirma ainda que não há alunos de mestrado e de doutoramento nas RGA´s porque estes não conhecem a AAFDL, nem a RGA, uma vez que muitos são trabalhadores e não têm capacidade de estar na RGA, apresentado o seu caso, em que saiu de uma reunião de trabalho para poder estar presente. Refere que se for lida a ata do Conselho Pedagógico verifica-se que toda a reunião terá discussão de mestrado e doutoramento. Diz que o regulamento de mestrado e doutoramento tem falhas, sendo que os alunos de mestrado e doutoramento colocaram isso em consulta pública, mas que nenhum aluno de licenciatura tocou na questão. Diz não poder dizer que a RGA representa o mestrado e o doutoramento.
Em resposta a Tiago Fontez, acha ser importante haver vários círculos eleitorais, dizendo que se mais conselheiros de mestrado e de doutoramento se candidatassem, na sua opinião, os alunos não iriam ter interesse. Acha que os círculos eleitorais são importantes devido a questões de representação, dizendo que os círculos devem ser todos bem representados.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Para finalizar o primeiro ponto dentro da ordem de trabalhos, refere que há uma falha muito grande para fazer com que os alunos conheçam a AAFDL, sobretudo os de mestrado e doutoramento, mas que isso não é desculpa e a associação deve chegar-se à frente, dizendo que é isso que estão a começar a fazer, conforme o que está no plano de atividades, em conjunto com os núcleos que recebem mais alunos.
Refere que quis trazer a materialidade do regulamento eleitoral porque houveram diversas RGA´s em que a AAFDL esperava respostas sobre o processo mas não as teve. Diz ainda que nunca se tinha trazido a materialidade do regulamento em RGA, tendo sido importante ouvir os alunos, que não se puderam pronunciar anteriormente porque não houve fase de auscultação.
Tentará fazer pontos com outros conselheiros e pessoas mais próximas, para que haja uma maior presença destes em RGA.
Refere que irá ver o que a AAFDL conseguirá fazer com as intervenções anteriores numa fase posterior.

Francisco Bastos: Explica o aconteceu com a não homologação. Refere que se chegou a dezembro e que em função de renuncias com vista a candidatura a cargos da AAFDL, apenas havia 3 conselheiros. Através do art18/4 do regime eleitoral em vigor na altura, e

não o eleitoral usado para as eleições mais recentes, para cumprir a paridade exigida no órgão. Discutiu-se a legalidade sobre os conselheiros "ad-hoc" e sobre o regulamento. Explica o funcionamento do 18/4 e a solução encontrada, dizendo que os nomes que ficaram por preencher foram substituídas pelos recém-eleitos pelas novas eleições, apesar de ilegais, por se entender que estariam dotados de alguma legitimidade democrática (nomeadamente David Balseiro e Inês Melo). Escolheu-se ainda João Falcão por se entender desadequado escolher um representante que teria de ser no mestrado a representar os alunos de 4º ano e também por ser presidente da ELSA e por ser uma pessoa interessada.

Diz ainda que alguns conselheiros que renunciaram não deram indicações aos seus suplentes para que fossem às reuniões.

Afirma ainda não saber o que vai acontecer com os professores, dizendo que as eleições dos professores vão ser homologadas mas só tomarão pessoas quando os alunos tomarem posse também.

Sobre os alunos de 1º ano diz saber que a solução é difícil, pois não há um representante próprio dom 1º ano, mas refere que tanto ele como David Balseiro estão atentos aos problemas, por exemplo, integrando os grupos de delgados.

Em relação à representatividade refere que se falava de uma alteração do regulamento eleitoral quando ocorreu esta discussão, pelo que por uma questão de necessidade o órgão sem qualquer tipo de representação.

Diz que os professores se comprometeram a não discutir qualquer alteração ao regulamento durante esta solução provisória.

Sobre a legitimidade da solução, diz estar publicado um pouco da discussão na ata de janeiro, afirmando ainda que o professor Miguel Prata Roque defendeu convocar uma RGA para o efeito, mas que o que lhe foi respondido foi que uma RGA poderão não ser o modelo mais adequado, não só porque na RGA vota-se em blocos e não por anos, como acontece nas eleições, mas também porque o universo eleitoral era manifestamente superior que atendem às RGA´s.

Ramiro Morais: Inicia seu esclarecimento por dizer que foi ver a ATA, diz também que já esteve a escrever a sua resposta à consulta pública e sabe que é assim que regulamente eleitoral atualmente em vigor manda (que se supram as vacaturas de lugares no Conselho pedagógico). Acrescenta que além de ser ilegal, como dito pelo Professor Prata Roque nessa mesma reunião, porque oque manda o regime jurídico do ensino superior é que os

representantes no Conselho pedagógico sejam eleitos e não nomeados por outros conselheiros. Dando assim o exemplo de uma eleição para a Assembleia da República e depois a meio do mandato, metade dos deputados decide sair, não havendo suplentes para fazer se para fazer a sua substituição, sendo a solução que a lei prevê substituir os deputados que estão em falta por outros nomeados daqueles que lá estão. Acreditando, portanto, ser uma cooptação. Complementa dizendo ter em conta que é preciso que haja paridade entre os conselheiros discentes e docentes no Conselho Pedagógico a todo o momento, mas que também há de se condicionar aquela que é a solução óbvia para o problema, convocar eleições para o Conselho pedagógico de acordo com o regulamento que está atualmente em vigor, o que por seu olhar não parece que seria uma melhor solução. Continua por dizer que não percebe o porque os alunos deveriam estar à espera que Emane do Conselho de escola o regulamento eleitoral que eventualmente poderia não nada de novo, e que provavelmente nem sequer será novo, termina por questionar o porque o conselho pedagógico não chegou a conclusão de que a sede da RGA não fosse o melhor lugar para se discutir.

Francisco Bastos: Inicia sua resposta em relação ao primeiro ponto levantado pelo aluno Ramiro, afirmando que sim, que é verdade que o Professor Prata Roque disse isso, acrescenta, contudo, que o próprio Professor Miguel Prata Roque e que na intervenção da Professora Inês Sítima esses reconhecem que administrativamente existe um dever legal de aplicar aquilo que é um regulamento ilegal. Sendo esta questão, elucidando ainda que aquilo que gostaria de dizer é que dentro daquela que é uma solução que foi difícil, e que esses não desejavam precisamente porque já não havia suplentes, aquilo que tentaram foi manter o máximo de paridade também, atendendo a um critério de razoabilidade. Sendo este o porque escolheram uns nomes que estavam de certa forma legitimados para o efeito, finalizando que não se arrependiam disso. Complementando a sua resposta por esclarecer que a razão que os levou a trazer precisamente essa questão em sede de RGA era para para que os alunos também se pronunciassem sobre o que aconteceu. Acrescenta ainda que tiveram uma reunião extraordinária no dia 6, e que no dia 12 terão uma nova reunião, ou seja, que não haveria tempo de vir a RGA esclarecer precisamente o ponto, e que havia necessidade de se manter a paridade. Finalizando que em relação à legitimidade da RGA foi apontado apenas pelo Professor Miguel Prata Roque, que por sua vez achou que RGA poderia ser a sede adequada, mas que, entretanto, em sua opinião pessoal e não querendo desmerecer a RGA, não seria a sede adequada uma vez que estavam presentes

70 pessoas, que as eleições são feitas por círculos e que nessa reunião a opinião destes círculos não estaria representada.

Ramiro Morais: Diz não perceber o porque inicialmente não se ter optado pelos respetivos suplentes.

Francisco Bastos: Afirma não saber se essa é a função que a RGA concorda, mas que é uma questão que efetivamente coincide com as competências do Conselho de escola. Que informaram também que precisamente por ser essa a questão, que esses neste momento estão a aguardar a consulta pública, para que então haja eleições, mas que ele em sua opinião pessoal concorda até certo ponto que a RGA seja a sede adequada para a discussão.

Ramiro Morais: Diz não ser essa a pergunta colocada, questionando então se os se ainda faltavam suplentes.

Francisco Bastos: Inicia por dizer que a suplente a do primeiro ano, que era a Marta cortês que era conselheira renunciou precisamente por assumir um mandato na associação e a Teresa precisamente o mesmo em relação, ao terceiro ano também foi o que aconteceu renunciaram todos, e em relação ao quarto ano todos eles perderam o vínculo com a faculdade precisamente por se terem dito rígido outras instituições do ensino superior. Pede desculpas por não ter respondido à questão, porque por sua vez entendeu que a questão era outra. Finaliza que não havia efetivamente suplentes, e que foi precisamente por isso que esses recorreram a esta esta questão extraordinária, acrescentando que o próprio artigo vai nesse sentido, ou seja o art.18ºnº1 indica uma coisa, Art. 18º indica outra, recorrendo então ao Art.18º Nº4 precisamente porque as outras opções já não eram opções.

Vítor Andrade André: Inicia sua intervenção por uma pergunta prévia para os conselheiros de escola e para os conselheiros pedagógicos é porque é que foi esta proposta e não outra proposta submetida à consulta pública e a acrescenta uma nota prévia é que quando há uma ilegalidade no órgão colegial todos são responsáveis, e não é apenas o Presidente do órgão. Continua então por dizer que não lhe parece que valha a pena andar com grandes discussões, quem é que errou, quem é que é o culpado, sendo a verdade que

já houve até alguns conselheiros de escola que pediram desculpa publicamente a conselheiros de escola. Mas que em seu olhar cabia olhar o presente, existindo uma chance de ouvir a voz da comunidade estudantil, que em sua visão foi pouco ouvida até ao momento, e, portanto, esta era sua opinião. Admitindo que sua opinião poderia ser ultra minoritária, mas que a relevância desta reforma na composição de um órgão tão importante como no Conselho pedagógico. Sendo uma reforma que não se não deve apenas estar nestes 30 dias da consulta pública, sendo uma grande parte deles já passada, mas na verdade esta reforma merecia uma discussão muito mais abrangente e muito mais profunda, participada para que os estudantes pudessem manifestar uma opção. Dizendo com todo o respeito que este tem pela RGA e ao Presidente de mesa, que se sabe que por muito boa que a reunião seja, que este procedimento necessitava de uma consulta muito mais alargada ao corpo estudantil, até porque como disse há bocado podem existir várias opções e, portanto, este tipo de alterações a carece dessa consulta. Expondo que em sua opinião achava mais adequado começar um conjunto de jornadas para esta reforma, e aproveitar e fazer o mesmo para os outros órgãos da faculdade, e, portanto, concluindo que qualquer debate neste momento seria muito artificial por ser muito pouco abrangente e chega a uma minoria muito pequena da população estudantil. Diz também achar que o melhor seria neste momento não se fazer qualquer modificação se há realmente intenção de debater o tema. Sendo esse um debate sério, participado e esclarecido, onde os alunos possam dizer se querem alterar, que tipo de alteração é que querem. E se fosse realmente o pretendido, só uma solução é mandar "abaixo" este procedimento e depois reiniciar então o conjunto de consultas. Sendo assim reunido com sub-turmas e até núcleos, para que tudo fosse esclarecido e só era realmente debatido como procedimento longo, como aquele que existe por exemplo para uma alteração dos estatutos da AAFDL, onde não é apenas chegar à RGA e aprovar ou não tem um conjunto de conversações prévias. Finalizando sua intervenção esclarecendo que em sua opinião deveria ser o melhor a se fazer para a situação.

Tiago Fontez: Expõe uma questão ao Vítor Andrade André, tendo em conta o conhecimento que ele já demonstrou sobre matéria sobre o assunto quais os passos a seguir para efetivar e para efetivar essa revogação do atual regulamento eleitoral pergunta o que é que se pode fazer, ou seja para ele esclarecer mais sobre essas questões todas. Questionando também se ele poderia esclarecer qual o alcance da consulta pública, ou seja, onde é que isto nos pode levar na revogação do atual regulamento eleitoral. Finaliza

seu pedido de esclarecimento qual foi a data e o modo que foi aprovado este regulamento eleitoral.

Vítor Andrade André: Inicia sua resposta por responder sobre que esse regulamento ilegal, afirmando ser uma questão que ninguém sabe, porque não terem as atas, ou seja, presume-se que houve a submissão com o voto de aprovação daquele regulamento de um projeto a consulta pública mas esse afirma não saber quem participou nas reuniões, dizendo ainda para os alunos irem ao site da FDUL, porque não há qualquer ata que diga os argumentos que foram utilizados na reunião do conselho de escola, quando é que foi aprovado, se houve votos contra. Afirmando ainda ser extremamente grave, ou seja, fez-se eleições, isso não estava publicado, finalizando sua resposta por dizer que infelizmente não saberia responder por esses motivos apresentados acima. Respondendo às outras questões colocadas pelo Tiago Fontez, afirma que neste momento é a consulta pública a única forma de demonstrarem a faculdade que são contra este regulamento; podendo ser diferentes razões e argumentos, a única resposta é fazer a consulta pública, participando e enviando e-mails. Afirmando que se forem dezenas de pessoas a enviar consulta pública e houver uma aprovação o ónus político está do lado de quem aprova, acrescentando não querer acreditar que os atuais conselheiros de escola que aprovem algo contra uma consulta pública rejeitada pela maioria pela maioria, portanto afirmando que o alcance da consulta pública é tão grande quanto for o interesse estudantil, mas que essa é a melhor resposta para esse caso, sendo que depois disso era fazer pressão ao conselho de escola, uma vez que muitos já estavam a perceber que não houve uma grande audição dos alunos.

João Falcão: Inicia por agradecer o voto de confiança que foi dado por estar a representar os alunos, uma vez que esse veio eu vi substituir a Margarida branco que estava em representação dos alunos de quarto ano, afirmando que aceitou porque sabe ser uma pessoa que estava atualizado dos problemas com os estudantes sentem a nível pedagógico, se considerando um estudante ativo na comunidade estudantil. Afirmando estar disponível durante este período transitório excecional, para levar os problemas de qualquer aluno quer seja do ano em que está a representar, ou dos outros anos.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Fecha as intervenções, dando a nota de que houve algumas falhas de Internet e que vai precisar da ajuda do Vítor Andrade André na sua parte da ATA.

David Balseiro: Inicia sua intervenção por reforçar a ideia do Vítor acerca da consulta pública, dizendo ser neste momento de facto é melhor arma que os alunos têm fazendo o apelo aos alunos presentes na RGA para falarem com conhecidos, para responderem a consulta pública, por ser de facto a única coisa que a curto prazo podemos fazer. Depois agradece o voto de confiança uma vez que o primeiro ano havia falta de conselheiros, uma vez que uma foi para a associação e outra mudou de faculdade, afirma que ele e Francisco Bastos estão atentos ao grupo de turma, delegados do primeiro ano, para ajudar com qualquer questão que seja necessária como tem de ser, finalizado por dizer que sabe que a responsabilidade é acrescida, mas também é com gosto que faz.

Vítor Andrade André: Reitera sua intervenção por dizer que essa proposta e não outra, porque (?)

David Balseiro: Afirma que de facto era bom que tivessem mais esclarecimentos acerca do novo regulamento, e portanto como puderam verificar, infelizmente, que não tem conselheiros de escola presentes na reunião, portanto, que se deve fazer o possível para tentar perceber realmente a materialidade do regulamento e tentar que venha uma próxima RGA pelo menos que expliquem o que é que está em causa.

Tiago Fontez: Sugere a associação e ao Vítor Andrade André, que tendo em conta o conhecimento deles sobre o tema, que esses colocassem um formulário ou alguma forma simples, que explicasse como é que as pessoas têm que fazer para se dirigir, como é o requisito formal.

Ramiro Morais: Inicia sua intervenção por abordar algumas das afirmações que fizeram nomeadamente sobre a impossibilidade de fazer uma eleição para o Conselho pedagógico neste momento nos termos do regulamento que está presentemente em vigor admite efetivamente não conhecer nenhuma norma que impeça a realização da eleição durante uma consulta pública, uma vez que está a falar de realizar a eleição de acordo com o regulamento que está em vigor legalmente, assim diz não perceber esse reparo que fizeram.
Acrescenta que no seguimento do Victor, este diz que fez um apelo à consulta pública no campbook e já o tenho feito pessoalmente, acrescenta que é fundamental participar nesta

consulta pública, por ser uma questão de democracia. Finaliza por dizer que acha que a associação académica deve aprofundar esta discussão, desde logo se for necessário com uma RGA nova, de modo a poderem tomar uma decisão uma posição abrangente e democraticamente legitimada, sobre qual o teor do regulamento que queremos ver em vigor na eleição do Conselho pedagógico. Afirmando ser preciso tomar uma posição, acrescenta que quer que a posição que a Associação tome seja a democraticamente legítima. Por último, esse acrescenta que tem ouvido também já disseram que o regulamento que está em consulta pública serve para promover a representatividade dos alunos e para promover a diversidade do dos cursos dentro do Conselho pedagógico, mas este gostava de falar um pouco sobre os resultados que elas teriam produzido para a RGA poder considerar se efetivamente é diverso, representativo e democrático. Expõe assim que no caso de as eleições de novembro de 2021 tivessem sido levadas avante e tivessem efetivamente produzido efeitos, resultaria em um conselho pedagógico que numa eleição com 4 círculos uninominais para a licenciatura 3 tiveram uma diferença entre as 2 listas inferior a 15 votos, e uma lista teria elegido 3 conselheiros e a outra um. No total dos votos dos círculos uninominais, entre a licenciatura e os mestrados a lista f teve 626 e a lista j teve 444, no total esteve teria elegido 5 mandatos e a segunda apenas um; 626 para a lista f 5 mandatos 444 para a lista j um mandato. Quanto às proporcionais círculo da licenciatura a lista f teve 442 votos e lista j 395 resultou em um mandato para cada; no círculo do segundo e terceiro ciclo, a lista f obteve 165 votos contra apenas 49 da lista j mais do dobro, o que significa dois dos mandatos desse círculo hora devido à reduzidíssima participação neste ciclo eleitoral, se proporcionam um cenário em que os 395 votos da lista j na licenciatura elegem um mandato mas os 165 votos da lista f, e no outro círculo menos de metade elegem vou repetir 395 licenciatura elegeram um, e 165 no mestrado e doutoramento elegeram 2. Finaliza questionando se isso é democrático, proporcional e representativo, que ao seu ver não é, e o que faz é prejudicar a diversidade dentro do Conselho pedagógico.

Camila Rocha e Silva: Inicia por dizer que no sentido do que Francisco Bastos tinha dito, e na falta de representatividade ao título os alunos do primeiro ano, esta queria referir que mesmo não tendo tomado posse, independentemente daquilo que aconteceu com o regulamento, que continua a estar em cima do dos assuntos do primeiro ano, e que a outros assuntos ela pode encaminhar para o David Balseiro e Francisco Bastos, se demonstrando disponível aos alunos.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Introduz sua intervenção por dizer que nunca se trouxe o tema da materialidade do regulamento para cima da mesa, e quando se traz um pouco todas as intervenções, exceção da conselheira Milleny, todas as opiniões que são dadas são contra o regulamento, ou são falhas do regulamento. Continua então por dizer que precisa de ir para órgão com uma posição marcada, ou seja, se os alunos não querem este regulamento têm que dizer "nós não queremos este regulamento, que faça o que for possível para ele ir para trás" ou "queremos este regulamento não mexa em nada". Elucidando como nunca se falou da materialidade do regulamento até à data, esta diz precisar saber o que é que os alunos querem que esta faça em Conselho de escola, porque assim ela tiver uma opinião sobre este regulamento se compromete em se vincular. Sugerindo então fazer uma votação muito simples, uma moção do género "vinculamos a associação académica a até se auscultar devidamente os alunos, até ouvirem-mos, haver esclarecimentos devidos, a pugnar pela reprovação deste regulamento" para que ela retirasse ao menos das 63 pessoas que estavam presentes na RGA, essa opinião. Perguntando ao Tiago Pita o que esse sugeriria.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Responde a Catarina que fica com algumas questões, dado a participação de 63 pessoas.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Diz ser a primeira vez que trouxesse este assunto, e que é melhor estarem 63 pessoas a dar a opinião e a votar consoante o sentido e conseguirem depreender. Continua seu raciocínio explicando que vai ter que se manifestar de alguma forma, precisando de chegar ao órgão com qualquer coisa, não somente por dizer que 7 ou 8 alunos pronunciaram-se contra o regulamento, afirmando que não é suficiente. Elucida ainda que precisa de ter base documental, nem que seja uma ata, nem que seja uma moção, para dizer "não, os alunos querem este regulamento o que foi aprovado" ou dizer "não, os alunos não querem este regulamento vamos ter que fazer alguma coisa em relação a este assunto".

Ramiro Morais: Diz estar em perfeitamente de acordo com aquilo que a Catarina Preto acabou de dizer, diz ainda que finalmente alguém com responsabilidade política dentro da faculdade decidi "vou pegar naquilo que é rejeitado disso e vou levá-lo a Conselho de escola" ou "vou dizer que é isto que os alunos querem" ou "é isto que os alunos não

querem". Se dispondo para escrever a moção para ser votada. Acrescenta ainda que no seguimento do que foi dito pela Catarina Preto, os alunos são contra este regulamento, e que depois se possa discutir o conteúdo de um eventual regulamento com o qual se possa concordar numa RGA própria convocada especificamente para esse efeito, para que assim o processo tenha um tenha uma participação mais profunda e que se possa comunicar com todos os estudantes.

Tiago Fontez: Relembra que na realidade estão todos a esquecer uma questão que foi o Ramiro a propor um voto de repúdio em uma RGA sobre este próprio regulamento eleitoral, sendo esse voto de repúdio aprovado. Continua por dizer que está efetivamente de acordo com o que a Catarina propôs, relembrando-a da intervenção do Vítor, sobre a questão de um sério debate aberto à comunidade estudantil sobre o assunto em si. Acho que o importante é querer que exista um amplo debate sobre o assunto, e que não aconteceu, e isto que está aqui em causa. Finalizando que se quiserem votar, há quórum, mas relembrando que já houve a votação de um voto de repúdio, que se deve ter em conta a intervenção do Vítor e que deve ser enviado à consulta pública a maior quantidade de coisas.

Vítor Andrade André: Introduz sua opinião por dizer que deve ser feita essa moção se aprovada, deva substanciar uma resposta à consulta pública da própria associação de estudantes, portanto em nome dos estudantes que estão representados aqui na RGA. Acrescentando que acha que como já perceberam que na RGA há alguns alunos pelo menos interessados neste tema, o próprio Tiago Fontez também poderia ajudar a associação, e participar no que quer que seja necessário e depois disso, sugere que deixem aberta a assinaturas esta mesma moção exatamente para que os alunos que não estavam aqui na RGA possam analisar a moção e possam subscrevê-la. E depois, os próprios alunos podem enviar por e-mail, e até devia se deixar essa sugestão, envie por e-mail por si mesmos e depois as assinaturas serem enviadas no final do prazo pela própria associação. Ou seja, no caso ter uma participação individual e o modo as participações em representação que era AAFDL demandar desde logo a moção, depois a aprovada na RGA a moção subscrita online que aí consegue chegar muito mais facilmente a mais alunos. Finalizando que do que compreendeu do Ramiro, deveria ser reiniciada a alteração do regulamento, chegando num consenso com diferentes alunos, de uma forma em que estes sejam escutados.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Explica que concorda com o Vítor, que RGA é RGA, independente da quantidade de alunos que estiverem, mas pessoalmente não se sente muito confortável com esta situação, uma vez que na ordem do dia não consta este ponto específico. Elucidando que na verdade são só 68 estudantes, e muitos outros os restantes estudantes não tinham forma de saber que esta esta votação tão importante também para eles iria acontecer, dizendo ainda que se sentia muito mais confortável em convocar uma RGA específica para isto. Continua ainda pela sugestão das assinaturas, dizendo que vai ao encontro em parte, mas também é verdade que as assinaturas são só para se juntar, ou seja já não é possível desvincular-se com as próprias assinaturas, portanto acha que também tem de se assegurar essa participação de todos os alunos para essa votação. Finalizando por pedir a opinião dos alunos presentes o que estes acham, explicando ainda que não tem qualquer problema em marcar RGA muito breve para discutir e para votar este ponto, uma vez que aí sim já detalhado e com o conhecimento de todos os estudantes, acreditando ser a melhor opção do ponto de vista democrático e do ponto de vista da legitimidade.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Diz querer ouvir os alunos primeiro para depois se posicionar quanto a este ponto.

Francisco Bastos: Inicialmente concorda com o Tiago Pita, afirmando que é um tema de grande importância, sendo necessário ter uma sede mais própria e mais digna, daquilo que é uma verdadeira RGA. Acrescenta ainda quanto ao ponto das assinaturas, lembrando das pessoas que poderão não concordar com a moção, como essas pessoas serão asseguradas.

Pedro: Concorda também com o Tiago Pita, uma vez que na ordem do dia não estava previsto e a maior parte dos colegas não foi informado sobre a publicação; contrapondo que deve-se marcar uma RGA relativamente próxima, uma vez que se atrasar os alunos perdem o processo que está a decorrer. Finalizando com um sim, mas se houver uma RGA próxima.

Milleny Silva: Intervém demonstrando não perceber como querem votar uma moção que 3 pessoas falaram e que foi feita em cinco minutos, acrescentando que em sua opinião os alunos devem ser ouvidos, que deve ter uma RGA específica para isso, explicando que

os alunos devem saber isso e que essa faz questão em levar esse tema aos alunos dos mestrados. Afirma ainda que vai conversar com a vogal de mestrados e doutoramentos para que todos os alunos fiquem sabendo do tema, uma vez que vai ser votado em nome dos alunos, devem ser maioria e não 70 alunos.

Jeferson Nicolau (Presidente do Conselho Fiscal): Intervém afirmando que que não estar presente como um ponto na ordem do dia é bastante prejudicial, falando em nome do núcleo que representa que é o NELB, onde a maior parte são alunos de mestrados e que seriam mais representados por esse novo regulamento. Acrescentando assim que em sua opinião é importante a Associação tomar uma posição tendo em conta a necessidade que ele tem e por isso seria importante que ao menos seja dada a oportunidade que estes estejam presentes.

Tiago Fontez: Reafirma que já foi feito um voto de repúdio relativamente a esta questão, onde a RGA votou. Diz que entende o que o Presidente da Mesa da RGA quis transmitir, mas relembra que votos de repúdio e moções podem ser apresentados a qualquer momento e votados em RGA, seja por forma escrita ou oral, ainda que não vinculem propriamente a Associação e sejam apenas uma tomada de posição da RGA sobre determinado ponto. Frisa que ainda assim, documentos ou moções que sejam apresentados com o intuito de estarem nos pontos da Ordem de Trabalhos para serem votados, já será algo diferente, e por isso volta a frisar que percebe a posição do Presidente da Mesa da RGA e que a Associação está a levantar. Sugere à Associação que até existir uma RGA o mais rápido possível sobre o assunto, coloque algo a dizer como se procede a consulta pública e qual o seu alcance, o que é necessário ou não, visto que esta é a única forma de os estudantes expressarem a sua opinião neste assunto, terminado por sugerir a realização de uma RGA o mais rápido possível sobre esta questão.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Refere que houve pouco tempo e não houve sequer uma auscultação aos alunos, sendo que precisa de levar a opinião dos mesmos aos Órgãos, seja ela qual for. Entende que há interesse em discutir o assunto numa RGA mais alargada, sendo que deveria ser antes do final da consulta pública para os alunos terem tempo de se pronunciar, perguntando ao Presidente da Mesa se tal seria possível.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Responde que acabando a consulta pública a 9 de fevereiro, é perfeitamente possível.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Responde que acha que é o melhor a fazer, sendo que a RGA deverá ter uma boa publicitação e que todos deviam falar com os seus colegas para que estes manifestem a sua opinião da forma que quiserem, ou seja, se apoiarem este regulamento, que venham manifestar a o seu voto à RGA, e se não apoiarem, que o demonstrem não só na consulta pública, mas que também o façam chegar à RGA com as suas opiniões e sugestões, visto que haverá reunião com o Conselho de Escola em breve e é necessário levar a opinião dos alunos ao mesmo. Termina ao perguntar se os presentes concordam com a realização desta RGA para discutir a questão mais aprofundadamente.

Inês Melo: Refere que é óbvio que podem surgir e ser votadas moções ao longo da RGA, mas sendo que se está a falar da auscultação dos alunos há algum tempo, que sentido faz, de repente, numa RGA em que não constava da Ordem de Trabalhos, suscitar esta questão e utilizar um universo tão pequeno de alunos, na ordem das 60 pessoas, para vincular um universo de 5000 alunos da faculdade. Dessa forma, e tendo o Presidente de Mesa assegurado ser possível a sua realização, frisa não restarem dúvidas quanto à necessidade de uma RGA para votar o regulamento eleitoral.

Vítor Andrade André: Diz compreender alguns dos argumentos expostos, mas a nova RGA não poderá ser no dia 7 ou 8 de fevereiro, pois assim não haveria tempo para nada. Frisa que este não pode ser um assunto para apenas a AAFDL ter conhecimento, no entanto, refere que presente RGA foi marcada legitimamente e que esta é a realizada das RGA, onde normalmente não estão muitas pessoas, sendo que a moção feita pelo aluno Ramiro Morais deveria ser apresentada e votada, sendo que se houver uma maioria contra o regulamento, já se poderá retirar daí uma ilação da qual a AAFDL pode retirar as devidas conclusões. Termina por dizer que não devemos ficar à espera, pois foi por termos esperado e desviado o olhar que estamos cá hoje e as eleições se vão repetir.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Reforça que a sensibilização que está a tentar fazer nada tem a ver com o conteúdo em si daquilo que se está a discutir, e não no sentido do número de alunos presentes, mas sim no sentido das pessoas que não sabiam que esta

discussão iria ocorrer na presente RGA. Confirma que caso o aluno pretenda apresentar a moção, assim o poderá fazer e irá ser votada, mas que seria benéfico fazê-lo daqui a uma semana, com mais tempo para informar todos os alunos.

Sofia Escária: Refere que se está a discutir a questão da transparência e do procedimento que foi adotado, mas não a ser o mais transparentes e inclusivos possível. Explica que está atualmente no primeiro ano da licenciatura, mas que no ano passado frequentou o primeiro ano de mestrado e as realidades são totalmente distintas, pelo que se queremos ser inclusivos deveríamos nomeadamente arranjar outros mecanismos de auscultação dos alunos, nomeadamente mecanismos online. Explica que se existe tanta discordância quanto a este assunto, a posição a apresentar junto dos Órgãos de gestão deveria ser exatamente essa, ou seja, referir que os estudantes não estão satisfeitos e precisam de mais tempo e que o processo seja mais inclusivo e transparente, pelo que o posicionamento não tem de ser a favor nem contra, mas no âmbito de haver uma reformulação da discussão e do conteúdo, ou não, pois isso já é outra discussão, do procedimento em curso. Termina por agradecer ao Presidente de Mesa por conduzir os trabalhos.

João Falcão: Explica que por um lado percebe o porquê de se votar uma moção na presente RGA, pois da mesma sairá uma ata, o que não aconteceu com o Conselho de Escola, no entanto percebe o que foi dito pois se o objetivo é apurar a vontade dos alunos, então tem de haver uma vontade esclarecida, sugerindo então que se marque uma RGA urgente, antes de dia 9 e com possibilidade de fazer algo concreto. Pergunta se na mesma se vai discutir o regulamento atual ou se irá haver outras propostas por parte dos alunos, porque na realidade o regulamento não foi aprovado, pelo que os alunos podem agora dizer aos Conselheiros de Escola qual o regulamento que querem.

Ramiro Morais: Refere que ficou clara qual a sua opinião sobre o conteúdo do regulamento e o sistema eleitoral que faz aplicar. Explica que a sua moção não irá incidir tanto sobre a questão da materialidade do regulamento, mas sim sobre o procedimento que levou à criação do mesmo, pois também pelo facto de estarem poucas pessoas presentes na RGA, seria difícil tentar impor a sua opinião sobre aquilo que deve ser um regulamento perfeito. Assim, explica que na sua opinião o atual regulamento, pela forma como foi apresentado e votado, não está nem pode ficar legitimado, e pretende que a

Associação se vincule a defender esta posição junto do Conselho de Escola. Procede a ler a moção:

“

Moção

“Por um debate rigoroso e aprofundado sobre o Regulamento Eleitoral e a composição do Conselho Pedagógico da FDUL”

Considerando que:

a) *O procedimento adotado na discussão deste tema (em sede de Conselho de Escola e fora deste), bem como os argumentos apresentados para que tenha sido aprovada esta proposta e não outra, são ainda hoje muito obscuros para a quase totalidade da Comunidade Estudantil;*

b) *Até ao momento (24 de Janeiro de 2022), não se encontram publicadas atas do Conselho de Escola ou da Comissão que tratou deste assunto, na qual sejam percetíveis os argumentos utilizados por cada um dos intervenientes para realizar cada uma das alterações em causa;*

c) *O único argumento palpável apresentado para a alteração do Regulamento Eleitoral foi uma alegada pressão da parte da Reitoria, para que o Regulamento Eleitoral fosse modificado por motivos de proporcionalidade de representação, situação que:*

    i. *não se coaduna com a realidade regulamentar de várias outras Escolas da Universidade de Lisboa, bem como com o próprio Regulamento Eleitoral dos órgãos da Universidade, e ainda com a situação regulamentar de outras Universidades de prestígio do nosso país;*

    ii. *não é exigida pelo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior nem pelos Estatutos da Universidade;*

iii. *não é compatível com o facto de o Reitor então em funções haver homologado diversas eleições cujas regras relativas à composição do Conselho Pedagógico eram já aquelas;*

iv. *a existir, pode ter sido modificada considerando as eleições para os órgãos da Universidade (Conselho Geral e Senado) e consequente eleição do novo Reitor.*

d) *A alteração ao Regulamento Eleitoral de 2018 começou a ser pensada pelos representantes discentes no Conselho de Escola então em funções pelo menos em Abril de 2021, não tendo estes, em momento algum, efetuado a respetiva explanação detalhada do que motivou a alteração, como seria o procedimento, que alterações pretendiam e quais as possibilidades em cima da mesa para a nova formatação do Conselho Pedagógico. De facto, a proposta não foi devidamente apresentada e fundamentada pelos Conselheiros de Escola discentes junto da Comunidade Estudantil, nem ocorreu o amplo debate que deve sempre basear modificações deste calibre, referentes à forma de eleição dos discentes e à futura representação deste corpo, matéria e debate que apenas aos Estudantes concerne e por isso à sua comunidade deve ser remetida;*

e) *Ocorreram entretanto eleições, quer para a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, quer para o Conselho de Escola, decorrendo destas a alteração da composição de ambas as estruturas, e consequentemente, podem ter sido modificadas as visões anteriormente expressas sobre o objeto desta moção;*

f) *Uma alteração pouco debatida e esclarecida no seio da Comunidade Académica redundará, muito provavelmente, numa nova modificação num futuro próximo, com consequente instabilidade no que toca à composição e funcionamento dos órgãos de gestão da FDUL, o que deve ser evitado ao máximo.*

<u>Assim, com a aprovação desta Moção, a RGA determina o seguinte:</u>

1. *Tendo em conta os Considerandos previamente apresentados, os Estudantes da Faculdade de Direito, representados pela Reunião Geral de Alunos, não se*

reveem nem aprovam o procedimento de alteração ao Regulamento Eleitoral que está a decorrer, visto que o mesmo não foi realizado de maneira transparente, representativa, e com o devido, adequado e aprofundado debate, necessário ao correto esclarecimento da população estudantil desta Faculdade, bem como a uma tomada de decisão conforme aos anseios e opções do corpo discente;

2. *Desta forma, a Reunião Geral de Alunos manifesta-se no sentido deste procedimento, a correr no Conselho de Escola, ser finalizado com uma deliberação de não modificação do Regulamento Eleitoral de 2018, carecendo os Conselheiros de Escola da confiança política dos Estudantes desta Faculdade para a tomada de qualquer outra posição que não a aqui firmada;*

3. *Caso, após futuro adequado e profundo debate em sede de corpo estudantil, se entenda que deve ser iniciado um procedimento de alteração do Regulamento Eleitoral em vigor, e se definam os moldes preferidos pelos Estudantes para tal alteração, que deverá então ter lugar.*

Ramiro Morais"

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Frisa que continua a ter a mesma opinião, mas que mais uma vez nada tem que ver com o conteúdo em si, mas sim com as funções que ocupa.

Marta Leite: Pergunta ao aluno Ramiro Morais se no início da moção refere que todos ou quase todos os alunos são contra o regulamento eleitoral. Questiona em que momento foram ouvidos todos os alunos quanto ao regulamento eleitoral e como se pode retirar ilações da opinião de todos, se ainda não foram todos ouvidos.

Ramiro Morais: Explica que não percebe a que parte da moção a aluna se refere e tenta enviar a moção para o chat da reunião.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Após ouvir todos considera que o melhor a fazer seria não votar nada para já, por apenas estarem presentes 64 pessoas, mas sim numa

próxima RGA, onde poderá ser discutida tanto a materialidade como o procedimento do regulamento, para que os alunos se pronunciem, pelo que até lá a sua posição continuará a ser a de que não teve oportunidade de ouvir a opinião dos alunos sobre o regulamento eleitoral. Sugere a abertura de um canal de comunicação com os alunos para que estes possam enviar sugestões e estas sejam posteriormente levadas ao Conselho de Escola.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Esclarece que a última palavra quanto à apresentação e votação da moção será sempre do aluno Ramiro Morais, na medida em que foi este que a propôs.

Tiago Fontez: Explica que a posição do Presidente de Mesa não se deve ao facto de apenas estarem presentes 63 pessoas, visto que o quórum existe, mas sim que não foi colocado na Ordem de Trabalhos que esta questão iria ser votada. Volta a frisar que uma moção não vincula a Associação. Termina por dizer que se for possível fazer a RGA antes de dia 9, esta deverá ser feita.

Ramiro Morais: Discorda que a moção não seja vinculativa para a Associação, frisando que uma tomada de posição em RGA há de sempre vincular a Direção da AAFDL, não sendo o facto de o documento em si não constar na Ordem de Trabalhos que desvincula a mesma, relembrando que é um direito de qualquer aluno apresentar uma moção para ser votada, desde que tenha a ver com um dos pontos da Ordem de Trabalhos em causa. Explica que a moção que escreveu se centra apenas na opacidade e desnecessidade para aprovar esta alteração ao regulamento, e por isso é importante ser votada.

Tiago Fontez: Explica que apenas quis explicar o Regimento da Mesa da RGA, explicando que há uma diferença entre uma votação que consta ela própria da Ordem de Trabalhos da RGA, onde a Associação fica efetivamente vinculada à mesma, e uma moção ou voto de repúdio onde o Regimento é explícito naquilo que anteriormente disse, ou seja, aquilo que explicou anteriormente é uma questão meramente estatutária e regimental, que nada tem a ver com o quórum.

Inês Antunes: Explica que é uma preocupação do Conselho Pedagógico a desistência crescente da RGA, apelando a que as pessoas fiquem, pois ainda vão ser transmitidas informações importantes, e se possível convidarem os amigos para estarem presentes,

visto que ainda que as questões estatutárias possam não dizer nada a muita gente, vão ser abordadas questões materiais que podem interessar a todos.

Ramiro Morais: Antes da votação da moção termina por dizer que, quem acha que o regulamento foi opaco e que a Associação deveria ficar vinculada a dizer precisamente isto, votará a favor da moção; quem achar que o processo foi transparente, ou que não o achando, não se importa muito, votará contra a moção.

Moção aprovada com: 29 votos a favor, 5 votos contra e 27 abstenções.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Dá nota de que a posição da AAFDL vai ser tomada na próxima RGA, quando forem ouvidos todos os alunos que tenham interesse em vir e estejam informados, sendo que até lá continuará com a posição de que a auscultação feita até então foi eficiente, e que será aberto um canal de comunicação para que os alunos possam enviar propostas, assim como publicitar devidamente o que é a consulta pública, até quando decorre e de que forma a podem fazer.

Alteração do Regulamento de Avaliação - Avaliações Orais

Inês Melo: Começa por esclarecer que esta questão não é da competência do Conselho Pedagógico, mas que decidiram trazer o assunto a RGA pelas diversas queixas que chegaram por parte dos alunos, às quais têm tentado responder com os esclarecimentos que estão ao seu alcance, ainda que não tenha sido uma alteração aprovada em sede de Conselho Pedagógico, mas sim em sede de Conselho Académico. Refere que em reunião de atuais Conselheiros Pedagógicos chegaram a uma solução que gostariam de propor aos alunos, sendo esta a de que em vez das 48 horas posteriores ao dia da inscrição na prova oral, serem sim contadas as 48 horas apenas a partir da disponibilização dos mapas das provas orais, ou seja, os alunos inscrevem-se normalmente em dezembro, quando saem as notas, e só em janeiro ponderam devidamente se a oral faz sentido ou não, com a disponibilização dos mapas das mesmas.

Duarte Canau: Na condição de recém nomeado Conselheiro Académico, afirma estar disposto a ouvir as propostas dos alunos.

Manuel Brandão: Também na condição de Conselheiro Académico, refere que estão dispostos a receber quaisquer propostas dos alunos e que, do que consta do Regulamento do Conselho Académico, há uma reunião a realizar-se brevemente.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Deixa nota, em nome da Mesa da RGA, que fica muito satisfeito por ver que os vários Conselhos da faculdade vêm a RGA e aceitam ouvir os alunos.

Milene Luz: Pergunta como é que a proposta do Conselho Pedagógico vai acautelar os interesses dos alunos que este ano já perderam oportunidade de fazer oral no próximo ano, visto que esta informação, segundo o que a Divisão Académica disse, foi tratada em reunião do Conselho Académico de dia 11 de novembro, sendo que a última ata disponível é de 22 de outubro. Explica que a alteração foi comunicada aos alunos via email, que na sua opinião era dissimulado, visto que no assunto do email não continha nenhuma informação de que existiria uma alteração, para além de não ter saído nenhum despacho relativamente ao assunto. Assim, a informação circulou via *whatsapp* nos grupos de turma, tendo sido aí que a maioria dos alunos tomou conhecimento da alteração, sendo que muitos serão privados de fazer melhoria do ano seguinte pois vêem-se obrigados a desistir no ano presente, visto que não tinham conhecimento da alteração. Pergunta ainda se não seria possível acautelar estas situações ao permitir que, visto que nos encontramos num período transitório, permitir que os alunos, ainda que tenham desistido da oral este ano, a possam fazer no próximo.

Inês Melo: explica que não pode responder pelo Conselho Académico. Mas responde à primeira pergunta da aluna Milene Luz afirmando que a proposta do Conselho Pedagógico provavelmente não pode ajudar os alunos este ano, sendo que nem é certo que seja aprovada em sede de Conselho Académico, pelo que o que a proposta visa é impedir que a situação atual se mantenha. Remete a última questão da aluna para os Conselheiros Académicos presentes e agradece a sua disponibilidade para responder às sugestões do Conselho Pedagógico e que as faça chegar à sede própria.

Manuel Brandão: Respondendo a Inês Melo, refere que não há atas e, por isso, não consegue aceder a essa informação. Menciona que é importante voltar a questionar o conselho académico sobre as alterações e, consequentemente, criticar essa alteração;

apontar as implicações que isso tem na vida dos estudantes e na respetiva avaliação; criticar a falta de publicidade da alteração. Por fim, conclui dizendo que tanto ele, como o Duarte, questionarão o conselho académico de modo a salvaguardar os alunos que têm orais, pois considera que a alteração feita não é benéfica para os alunos.

Duarte Canau: Explica à aluna Milene que são recém-nomeados e por isso ainda não tiveram tempo para questionar o conselho académico. Menciona que o conselho académico peca por falta de publicação e refere que essa falta será discutida em sede de conselho académico. Conclui ressalvando a ideia de que está predisposto para lutar por estas alterações.

(Entretanto, António não conseguiu perceber qual era a proposta do Conselho Pedagógico e, por isso, Inês Melo teve de a enunciar, novamente).

Natacha Ribeiro: Considera que a proposta mais viável era a que vigorava anteriormente. Questiona ainda quais são as razões para não se regressar ao regime anterior

Inês Melo: Reitera, mais uma vez, a ideia de que não sabe quais foram as razões que estiveram por detrás desta aprovação do conselho académico. Menciona que a única justificação que receberam foi o facto de ser incomportável para a divisão académica a permanência do regime anterior. Refere que o conselho pedagógico apenas tentou minimizar a prejudicialidade para os alunos.

Natacha Ribeiro: Menciona que não consegue perceber qual é o verdadeiro inconveniente para que os alunos não se possam desinscrever de uma oral antes da oral ser marcada, uma vez que a divisão académica não lança os mapas dos dias das orais até essas orais saírem. Reforça, outra vez, a ideia que o regime que vigorava anteriormente era o mais adequado.

Inês Melo: Reitera, mais uma vez, que teremos de aguardar para saber qual é o rescaldo da reunião do conselho académico, uma vez que não se encontrava nenhum membro do conselho académico anterior na RGA.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Refere que daremos início ao período das intervenções

Vítor Andrade André: Considera que esta solução só é boa para uma parte dos casos – casos esses que dizem respeito aos alunos que recebem as notas antes de haver publicação dos mapas das orais. Relembra que, em 2020, também tentaram aprovar uma medida semelhante a esta, mas a mesma foi liminarmente recusada pelos membros do conselho académico. Considera que a proposta dos conselheiros, apresentada por Inês, apenas resolve parte dos casos e por isso não pode ser regra geral. De seguida, declara que se deveria apresentar a sua proposta tendo em conta os motivos supra mencionados. Permitindo ainda que os alunos que foram previamente prejudicados tenham o seu direito retomado. Conclui dizendo que, se precisarem de qualquer ajuda relativamente a legalidades e ilegalidades, está disponível para ajudar.

Inês Melo: Questiona Vítor se a sua solução diz respeito a um reversão da medida.

Vítor Andrade André: Responde afirmativamente. Reafirmando a ideia de que o aluno deveria poder proceder à desistência da sua prova oral até à marcação da mesma. Vítor começa por explicar o método de trabalho da divisão académica, assim como, a divisão de salas e professores por orais. Salienta a ideia de que este método não resolverá o problema, assim como o aumento da taxa não resolve. Assinala, ainda, que este método não produz o efeito esperado, mas sim o efeito contrário.

Inês Antunes: Deseja ouvir uma nova proposta que seja convergente com a sobrecarga da divisão académica e com o descontentamento dos professores que veem os alunos a faltar às orais. Pergunta, diretamente, a Vítor se este tem alguma contraproposta.

Vítor Andrade André: Respondendo diretamente a Inês, diz que eles devem colocar esta proposta em cima da mesa, tendo em conta o que aconteceu no passado. Em relação a uma contraproposta, refere que a melhor solução é aumentarmos o prazo para a desinscrição das orais. Menciona que só há duas posições a serem exercidas: intransigência ou a negociação em relação ao prazo temporal.

Filipa Costa e Silva: Deseja saber até que ponto é que uma ata que não está publicada pode ser vinculativa para fora. Considera que a solução apresentada foi apresentada com base num mínimo possível - sendo, por isso, um meio-termo. Quanto à questão da reversão da decisão, considera que o fénix e o sistema administrativo não teriam capacidade para reverter a situação, ou seja, o que se encontra feito muito dificilmente pode vir a ser revertido.

Vítor Andrade André: Inicia a explicação de como o fénix e o sistema funciona. Em relação à reversão, diz que é muito simples reverter os alunos economicamente. Salienta o facto de ser exequível pedir esta reversão, uma vez que o fénix é uma plataforma que regista tudo, mas salienta ainda que não será uma reversão a 100% pois as pessoas terão de provar que tentaram proceder à sua desinscrição.

Pedro Silva: Refere que se torna cansativo que uma ata que não tenha sido publicada tenha produzido efeitos vinculativos. Levanta algumas questões, como, por exemplo, a eficácia do ato. Quanto à questão dos efeitos produtivos, embora possa ser caótico, os alunos que vão fazem as orais e ficam com as notas com que ficaram; os alunos que não foram ficam com a oportunidade de, no próximo ano, fazer a oral, independentemente das questões que os levaram a desistir ou a não comparecer. Por fim, pede aos conselheiros académicos para fazer uma de duas coisas: fazer força no sentido de a ata ser publicitada e no, futuro, sempre que houver este tipo de decisões no conselho académico, o mínimo que os conselheiros devem fazer é informar os alunos, através da RGA ou de uma minuta, por exemplo.

Milleny Silva: Apresenta uma contraproposta e pede para que todos tomem atenção ao que ela vai referenciar. Esta contraproposta baseia-se em: em vez de a desisncrição ser feita através de um requerimento, que dá muito trabalho à divisão académica, colocar uma ferramenta no fénix para a mera desinscrição nas orais. Esta contraproposta faria com que a divisão académica não tivesse um trabalho acrescido, muito pelo contrário. Esta ferramenta ficaria disponível até à marcação da datas das orais. Em relação aos alunos que se viram obrigados a desistir este ano, os mesmos teriam de ter a oportunidade de realizar estas orais nos anos subsequentes. Reiterando, de seguida, o pedido para que os conselheiros académicos pugnassem esta questão no momento da reunião com o conselho académico.

Manuel Brandão: Considera a solução de Milene uma boa alternativa, uma vez que a argumentação na alteração do regime teve a ver com a sobrecarga de trabalho que os requerimentos causavam na divisão académica. Questiona se a solução se enquadra dentro da reversão do processo.

Milleny Silva: Responde afirmativamente a Manuel e diz que esta ferramenta serviria até que as orais fossem marcadas.

Francisco Bastos: Começa por referir que tendo em conta o que está estipulado no artigo 33º/1, considera que é impossível trazer a questão da retroatividade para a equação. Em relação à ferramenta da desisncrição, refere que a mesma não é possível, uma vez que para se fazer alterações na plataforma é preciso dialogar com a Reitoria. De momento, a reitoria não se encontra disponível para dialogar sobre isso. Respondendo a Milene, diz que concorda com a sugestão da mesma, mas que a mesma não é exequível e por isso todos se devem focar no acautelamento dos alunos que venham a fazer isto no próximo semestre. Apresenta uma proposta que se baseia em: voltar-se ao regime antigo, sendo que em contra partida teria de haver uma pessoa destacada para proceder às inscrições e às desisnscrições.

Milleny Silva: Pretende saber como é que o artigo supra mencionado é fundamento para que a reversão não possa vigorar. Menciona que este ato do conselho académico não é válido e que carece de eficácia, podendo ser pedida uma revogação retroativa ou até mesmo uma anulação. Tendo em conta que este ato é um condicionamento aos alunos, mostra-se relutante a que esse artigo possa impedir esta retroatividade. Ao nível da intransigência da reitoria, pretende saber se já há alguma vez houve um esforço para que efetivamente se conseguisse fazer essa alteração.

Francisco Bastos: Considera que faltar à prova conta como se a pessoa tivesse realizado a prova. Como o aluno realizou a prova, o mesmo não a poderá fazer outra vez no ano a seguir. Considera que este problema que impossibilita a faculdade de fazer as alterações no fenix sem a autorização da reitoria é um problema que tem de ser ultrapassado.

Duarte Canau: Informa que, quando era vogal do pedagógico da AAFDL, chegou a perguntar numa reunião se não poderia ser utilizado o botão "desinscrever" do fénix, sendo respondido, pelo Dr.Bertolino, que tal botão serviria apenas para as situações em que a oral ainda não estava marcada. Diz ainda que a resposta dada nestes pedidos é sempre no sentido de não ser possível fazer, dizendo, no entanto, que é importante continuar a lutar.

Afonso Beirão: Demonstra a sua insatisfação e revolta pelo facto de um aluno não conseguir desmarcar uma oral a todo o tempo conforme o seu horário e disponibilidade. Lança também o apelo à AAFDL e aos conselheiros da faculdade, no sentido de ir contra a taxa de 20 euros e também no sentido de assegurar que os estudantes conseguem fazer a oral de melhoria no ano seguinte.

Inês Antunes (Conselheira Pedagógica): Começa por informar os alunos que já se iniciou, pela parte dos professores, alguma conversas no sentido de alterar o regulamento de avaliação e que essa vontade já persiste há muito tempo. No entanto, vem dizer que dentro do Conselho Pedagógico chegaram ao acordo de que este não era um bom momento para aprovar qualquer tipo de alteração e de que tal não seria feito dada a fragilidade do órgão e dada a fraca legitimidade que sofre neste momento.
Entre Conselheiros Discentes, diz que a opinião é a de se iniciar a discussão com o objetivo de perceber aquilo que os professores procuram e também com o objetivo de manter os alunos por dentro de todo o processo. Apela ainda a que todos os alunos comecem a pensar em ideias e que as venham partilhar em futuras RGA`s exclusivas para o assunto, deixando o compromisso de que os Conselheiros Discentes irão ouvir a RGA.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Vem reforçar tudo o que foi dito anteriormente pela Inês Antunes e vem ainda informar os alunos de que, a seu tempo, será aberto um canal de forma que a Direção da AAFDL possa receber sugestões dos alunos quanto a este tema da alteração do regulamento de avaliação.

Ramiro Morais: Começa por fazer um balanço histórico sobre as revisões de regulamento de avaliação que já presenciou na faculdade, dizendo que na última foi retirada a época de frequências com a contrapartida de garantir o anonimato nos exames, dizendo que tal garantia não foi cumprida e que logo na primeira época de exames a

faculdade veio dizer que tal afinal não seria possível. Informa ainda que na altura surgiram alternativas que foram discutidas em RGA: 1º alternativa - realizar as frequência e aplicar o regulamento anterior; 2º alternativa- aplicar o regulamento em vigor na altura, mas sem o anonimato prometido nos exames. Diz que a RGA optou pela segunda opção e que de seguida foi no sentido de exigir o regulamento de avaliação hoje em vigor. Com isto, vem concluir dizendo que a história demonstra bem os problemas que as revisões dos regulamentos de avaliação trazem aos alunos e que desta vez tudo tem de ser feito com a maior das cautelas e transparências, de forma a assegurar os interesses dos alunos. Por fim, coloca uma questão à Inês Antunes no sentido de saber quais as alterações propostas pelos professores e quais são os motivos invocados para tais propostas.

Inês Antunes (Conselheira Pedagógica): Responde dizendo que ainda não existem propostas concretas em cima da mesa e que a única coisa que foi discutida em reunião de órgão foi a de saber se haveria ou não discussão no que toca a possíveis alterações.

Tiago Fontez: Vem também fazer uma contextualização histórica no sentido de dizer que o regulamento testado na altura tinha como objetivo trazer mais tempo de lecionação das cadeiras que o Processo de Bolonha tinha tirado e que o próprio mecanismo da dispensa em frequência também tirava. Diz também que a promessa do anonimato nunca foi cumprida e que tal situação originou uma grande discussão no passado, tendo então sido adotado um regulamento provisório que acabou por se tornar afetivo até aos dias de hoje. Vem também relembrar as jornadas pedagógicas que aconteciam na faculdade, com o desejo de que as mesmas voltem a acontecer brevemente e de forma a anteceder esta revisão do regulamento de avaliação. Por fim, toca no ponto da revisão do plano de estudos, dizendo que o mesmo também é um exemplo da falta de celeridade do processo, visto que o mesmo está para ser revisto há muito tempo.

Pedro Fortuna (Vogal do Pedagógico da AAFDL): Vem informar os alunos de que as jornadas pedagógicas irão acontecer e de que irão existir também reuniões com as várias turmas da licenciatura e do mestrado com o objetivo de auscultar os alunos em temas como as queixas pedagógicas e a própria revisão do regulamento de avaliação. No que toca às jornadas pedagógicas, informa que irão ter lugar no final de março/início de abril e que irão contar com a presença de professores como o professor Barreto Menezes

Cordeiro, professor João Miranda e a professora Luísa Oliveira. Por fim, quanto ao anonimato dos exames vem dizer que a informação que recolheu junto do Dr.Bertolino foi a de que tal é possível fazer e a de a Faculdade tem os meios para tal ser possível.

Tiago Fontez: Vem dizer que a informação transmitida pelo Dr, Bertolino é falsa, visto que na altura o Tiago Fontez era Presidente da Mesa da RGA e a conclusão a que se chegou foi a de que era a própria faculdade que não queria aplicar o anonimato nos exames. Admite que a própria Faculdade tenha gasto dinheiro na implementação do sistema do anonimato, mas diz que o que nunca houve foi uma vontade política para o aplicar.

Francisco Bastos: Informa que o que foi avançado pela Lista C dos professores foram 4 hipóteses que eram constituídas pelo seguinte: 1- anualização das cadeiras; 2- acabar com as frequências e haver exames obrigatórios; 3- acabar com as optativas; 4- aumentar o tempo de aulas. Informa dizendo que as duas que se concluiu mais favoráveis seriam a da anualização e a de acabar com as frequências, tendo ficado essas em aberto para o processo de revisão em si. No que toca ao Plano de Estudos, vem informar os alunos que já foram acreditadas várias cadeiras optativas que anteriormente não estavam.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Vem dizer que existem vários professores que começam a recusar trabalhar com o regulamento de avaliação atual e que parece que o mesmo irá também acontecer no próximo semestre. Vem então pedir aos alunos que elaborem eles próprios as queixas pedagógicas, de forma a complementar a habitual denúncia junto dos conselheiros e dos representantes da AAFDL.

David Balseiro: Vem fazer referência aos inquéritos pedagógicos de 2019 que contaram apenas com uma participação de 2% da faculdade, apelando a que todos os alunos contribuam com a sua opinião através da resposta a estes inquéritos e também através dos locais de discussão próprios, como é a RGA. Alerta os alunos para a importância dos temas a serem discutidos futuramente e apela mais uma vez à participação em massa dos alunos.

Catarina Preto (Presidente da Direção): Vem reiterar tudo o que foi dito pelo David Balseiro, acrescentando que a AAFDL mudará também a forma de comunicação com o objetivo de garantir uma maior participação de todos os alunos.

Luís Pereira (Vice-Presidente da Intervenção e Política Educativa): Vem agradecer a todos os conselheiros que marcaram presença na RGA

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Vem também agradecer a presença de todos os conselheiros em RGA e deixa também o desafio aos mesmos no sentido que tal presença seja duradoura e persistente em RGA´s futuras.

5. Outros Assuntos

Ramiro Morais: Vem dizer que toda esta discussão em torno da revisão do regulamento de avaliação surge devido ao facto de os professores não terem tempo para lecionar no sistema semestral pós- bolonha que veio limitar o tempo de aulas e acabar com as cadeiras anuais. Vem também dizer que no sistema pré bolonha havia muito mais tempo para lecionar, sendo o curso de 5 anos e havendo 3 aulas práticas e teóricas por semana das cadeiras anuais. Conclui dizendo que o pré bolonha fazia toda a diferença porque havia mais tempo e as avaliações aconteciam de uma forma muito mais intervalada e lógica. Por fim, diz que, na sua opinião, a solução não passará pela eliminação da época de frequências, mas sim pela restruturação total da licenciatura em Direito, de forma a haver uma correta adaptação à realidade pós bolonha.

Duarte Martinho: Começa por ratificar tudo aquilo que foi dito pelo Ramiro. Posto isto, vem dizer que acha importante ser marcada uma RGA específica para a discussão da revisão do regulamento de avaliação, de forma a manter uma grande transparência em todo o processo que se avizinha.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Deixa nota que essa RGA vai acontecer futuramente, realçando até a possibilidade de ser necessária mais do que uma sessão.

Tiago Fontez: Ratifica o que foi dito pelo Ramiro, dizendo ainda que o processo de bolonha veio retirar tempo de aulas e que o próprio mecanismo da dispensa também o veio retirar**.** Por fim, apela ao voto nas eleições legislativas no dia 30 de janeiro.

Tiago Pita (Presidente da Mesa da RGA): Volta a apelar a todos os alunos que enviem as suas sugestões a integrar no caderno reivindicativo para o e-mail da Mesa. Sem mais assunto, encerra a primeira RGA Extraordinária do mandato por volta das 23h55.

Tiago Pita (Presidente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Inês Silva (Vice-Presidente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Margarida Pereira (Secretária de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Mylla Purcinelli (Secretário de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Francisco Quental (Suplente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)
Gonçalo Duarte (Suplente de Mesa da Reunião Geral de Alunos)